



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÉRICA JOYCE RODRIGUES CAVALCANTE

**INDÍGENAS URBANOS, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO BAIRRO RAIAR DO SOL EM BOA VISTA-RR.**

BOA VISTA - RR
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÉRICA JOYCE RODRIGUES CAVALCANTE

**INDÍGENAS URBANOS, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO BAIRRO RAIAR DO SOL EM BOA VISTA-RR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Bárbara de Magalhães Bethônico

BOA VISTA
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Bárbara de Magalhães Bethônico

**OBS: ESSA FOLHA SERÁ SUBSTITUÍDA PELA FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA PELOS PROFESSORES
DA BANCA (CEDIDA PELO PPG-GEO)
NO VERSO DA FOLHA ANTERIOR COLOCAR A FICHA CATALOGRÁFICA.**

BANCA EXAMINADORA

PROFa DRA ALTIVA BARBOSA DA SILVA

PROFaDRa ANA LÚCIA SOUSA

PROF. DR. ELÓI MARTINS SENHORAS

PROF. DR. ARTUR ROSA FILHO
(SUPLENTE)

Aprovada em: ____/____/____

Boa Vista, novembro de 2015.

Aos guerreiros e guerreiras indígenas que vem morar na cidade de Boa Vista, terra de antes, território de agora. Espaço apropriado de forma desigual, no qual, diferentes formas de sobrevivência reinventam-se todos os dias.

Aos meus pais que, certamente, tinham sangue índio e me ensinaram a lutar.

AGRADECIMENTOS

Aos indígenas do planeta, da América do Sul, do Brasil e em especial da Amazônia e de Roraima por nos ensinarem tanto o significado das palavras luta e resistência.

Aos indígenas residentes, entrevistados, no Bairro Raiar do Sol que apesar de um certo receio inicial, me receberam e se despediram sempre com um sorriso nos lábios e um olhar de esperança e fé em relação a uma cidade melhor para se viver.

Aos representantes das organizações indígenas: ODIC, KUAIKRĪ e KAPOI, pelas entrevistas e conversas informais concedidas.

Aos meus pais, que mesmo não estando mais fisicamente entre nós, continuam presentes em todos os momentos da minha vida e, portanto, durante toda a realização desse trabalho.

Às minhas seis irmãs, incondicionalmente, por serem a minha base fortalecedora, que me impulsiona a seguir sempre em frente. Em especial a Edilamar Cavalcante e meu cunhado Evandro Sanguanini pelo apoio especial em todos os momentos.

À minha orientadora, professora Bárbara Magalhães, que com sua enorme paciência e determinação sempre me fez acreditar que eu conseguiria chegar até aqui.

À amiga Edite Andrade que me acompanhou até o bairro Raiar do Sol abrindo caminhos junto aos parentes e me auxiliando com as entrevistas.

Aos amigos e camaradas de luta: Adriana, Ângela, Bira, Rosinha, Reginaldo e Sandra Moraes pelo carinho e incentivo sempre.

Às minhas amigas do Progestão: Carmem, Erotilde, Francirene, Rita, Rosângela e Silvana, que sempre ofereceram palavras incentivadoras ao longo do trabalho.

Aos professores e professoras do Mestrado que com suas aulas e orientações me ajudaram na construção e reconstrução do conhecimento. Em especial ao professor Artur, que sempre me incentivou e apoiou desde a época em que eu era aluna especial do Programa e ao professor Rafael (in memoriam) que passou rápido por mim, mas, com uma intensidade singular.

Aos professores da banca de qualificação: Ana Lúcia e Paulino que me fizeram perceber o quanto ainda tenho que caminhar.

Aos colegas do Mestrado, em especial ao Tácio e Márcio, pelo apoio e carinho constantes.

Ao colega Eronildo que ofertou parte do seu tempo tentando me ajudar.

À minha grande amiga Elvira por me mostrar que é possível seguir em frente, apesar dos pesares.

À toda a equipe da escola Gonçalves Dias, especialmente, aos colegas mais próximos e a equipe gestora que muito me apoiou na fase final dessa jornada.

*"Cada um de nós necessita, como "um recurso"
básico, territorializar-se".*

Rogério Haesbart.

RESUMO

A dinâmica territorial das populações indígenas está em constante processo de transformação, sendo influenciada por diferentes dimensões: social, cultural, política e econômica, presentes no processo histórico que envolve esses povos. A presença dos indígenas no contexto urbano não é algo recente, no entanto, a produção escrita sobre o tema é que começa a se evidenciar com mais força a partir das décadas de 80 e 90 com a publicação de alguns trabalhos. O Brasil possui forte presença indígena em todo o seu território, especialmente na Amazônia brasileira que mesmo possuindo um alto percentual de indígenas concentrados nas áreas rurais, apresentou um crescimento significativo da população indígena urbana nas últimas três décadas. Fenômeno esse permeado por diversos fatores relacionados com as mudanças históricas que vem ocorrendo em relação a apropriação do espaço, desde o período colonial, e a reconfiguração dos territórios ocasionando processos de desterritorialização e reterritorialização dos indígenas, que passam a buscar novas formas de vivências e sobrevivência no contexto urbano. A presente pesquisa, sem intenção de ser conclusiva em qualquer aspecto, investiga os territórios e territorialidades construídos pelos indígenas que moram no bairro Raiar do Sol na cidade de Boa Vista, tendo como referência as relações que os indivíduos estabelecem entre o meio e o grupo social, manifestando-se em diferentes escalas geográficas e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico, ou seja, a construção de territorialidades a partir da apropriação do espaço que se constitui em um novo território. O estudo foi realizado no Bairro Raiar do Sol e adjacências, na cidade de Boa Vista- RR a partir de métodos mistos que abarcam a pesquisa qualitativa e quantitativa em momentos distintos e interligados, de acordo com as necessidades de elaboração, registro e análise dos dados. Organiza-se o trabalho em três capítulos, nos quais procura-se resgatar um pouco do processo histórico da desterritorialização dos indígenas desde a colonização até a territorialização no contexto urbano. Foram realizadas pesquisa bibliográfica, observação e entrevistas com indígenas residentes no bairro e indígenas representantes de organizações que atendem o índio que vem para a cidade, tabulação e análise de dados com construção de mapas e gráficos procurando-se dialogar sempre com o referencial teórico que analisa a temática a partir da base conceitual de espaço, território e territorialidade. Levantam-se algumas constatações, de forma preliminar, no que diz respeito ao processo de construção, em curso, de territórios e territorialidades por parte dos indígenas no bairro em estudo.

Palavras- chaves: Indígenas. Boa Vista. Territórios. Territorialidades.

RESUMEN

Las dinámicas territoriales de los pueblos indígenas se encuentran en proceso de transformación constante, siendo influenciados por diferentes dimensiones: sociales, culturales, políticos y económicos, presentes en el proceso histórico que involucra a estas personas. La presencia de los pueblos indígenas en el contexto urbano no es algo nuevo, sin embargo, al escribir sobre el tema está empezando a mostrar más fuerza a partir de los años 80 y 90 con la publicación de algunos trabajos. Brasil tiene una fuerte presencia indígena en todo su territorio, especialmente en la Amazoniabrasileña que ni siquiera tener un alto porcentaje de indígenas se concentraron en las zonas rurales, mostró un crecimiento significativo de la población indígena urbana en las últimas tres décadas. Un fenómeno permeada por factores relacionados con los cambios históricos que se han producido en relación con la apropiación del espacio, desde la época colonial, y la reconfiguración de los territorios que conducen a la desposesión de los procesos y la toma de posesión de los indios, que vienen a buscar nuevas formas de experiencias y la supervivencia en el contexto urbano. Esta investigación, sin la intención de ser concluyente de cualquier manera, investiga las posibles territorialidades construidas por los indios que viven en Raiar do Sol en la ciudad de Boa Vista, en referencia a las relaciones que las personas establecen entre los medios de referencia y el grupo sociales, que se manifiesta en diferentes escalas geográficas y expresar un sentido de pertenencia y una manera de actuar dentro de un área geográfica determinada, a saber, la construcción de la territorialidad de la apropiación del espacio que se encuentra en un nuevo territorio. El estudio se realizó en el barrio Raiar do Sol y sus alrededores en la ciudad de Boa Vista-RR con los métodos mixtos que incluyen la investigación cualitativa y cuantitativa en diferentes momentos, de acuerdo con las necesidades de desarrollo, registro y análisis de datos. Se organiza el trabajo entres capítulos, en los que buscamos rescatar algo del proceso histórico de desposesión de los indígenas desde la colonización hasta la territorial en el contexto urbano. Búsqueda bibliográfica se llevaron a cabo, la observación y entrevistas con los pueblos indígenas y representantes de organizaciones, tabulación y análisis de datos para la construcción de mapas y gráficos que buscan hablar siempre con el marco teórico que analiza la cuestión desde la base conceptual del espacio, el territorio y territorialidad .Algunas de las conclusiones con el fin, subida preliminar, en relación con el proceso de construcción, en curso, territórios y territorialidad por los indíos en el barrio de estudio.

Palavras- chaves:Indígena.Boa Vista. territorio.territorialidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização área de estudo	14
Figura 2 - Foto da entrada do Bairro Raiar do Sol-acesso pela BR-174	15
Figura 3 - Foto da avenida principal do Raiar do Sol- Estrela D'alva	15
Figura 4 - Fluxograma demonstrando a rede de contatos para as entrevistas	18
Figura 5 - População indígena no século XVI - Grupos extintos	21
Figura 6 - Povos indígenas: dados quantitativos	31
Figura 7 - Quantitativo de indígenas no contexto rural e urbano	31
Figura 8 - Distribuição de população indígena no Brasil (IBGE)	32
Figura 9 - Terras indígenas por estado - Amazônia Legal	35
Figura 10 - Situação das Terras indígenas em Roraima	35
Figura 11 - Motivos que levaram os indígenas a morarem na cidade	41
Figura 12 - Quantitativos de indígenas por bairro	47
Figura 13 - Motivos que levam os indígenas a morarem no Raiar do Sol	49
Figura 14 - Gráfico 1 : Faixa etária dos entrevistados	50
Figura 15 - Gráfico 2 : Profissão dos entrevistados	50
Figura 16 - Gráfico 3 : Situação de moradia dos entrevistados	51
Figura 17 - Foto da residência de um dos entrevistados	52
Figura 18 - Foto do final da rua Eclipse (residências com cercas de madeira)	53
Figura 19 - Gráfico 4 - Situação de trabalho dos entrevistados	54
Figura 20 - Motivos negativos de se viver na cidade	55
Figura 21 - Políticas indígenas que os entrevistados conhecem	56
Figura 22 - Mapa das terras indígenas onde situam-se as comunidades de origem	58
Figura 23 - Gráfico 5 : Religião dos entrevistados	60
Figura 24 - Gráfico 6: Vínculo dos entrevistados com as comunidades de Origem	62
Figura 25 - Gráfico 7: Frequência de retorno as comunidades de origem	63
Figura 26 - Hábitos praticados na comunidade de origem	64
Figura 27 - Mapa do Bairro Raiar do Sol e adjacências	65
Figura 28 - Foto da sede da Associação Cultural Kapóí	67
Figura 29 - Foto da sede Associação Kuaikri	67
Figura 30 - Dificuldades encontradas ao morar na cidade	70
Figura 31 - Participação em organizações indígenas	71
Figura 32 - Foto de artesanato da Associação Kapóí	75
Figura 33 - Foto da associação Kapóí - venda de farinha e Beijú	75

LISTA DE SIGLAS

ACAF - Associação Comunitária da Água Fria.

AEIKRR - Associação Estadual Indígena Kuikrĩ de Roraima.

CF - Constituição Federal.

CIMI - Conselho Indígena Missionário

CIR - Conselho Indígena de Roraima

CUNI - Conselho Universitário

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSIKIRAN - Instituto Superior de Formação Indígena

ODIC - Organização dos Índios da Cidade

OMIR - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima

ONG - Organização Não Governamental

OPIRR - Organização dos Professores Indígenas de Roraima

PIB - Povos Indígenas do Brasil

RANI - Registro Administrativo de Nascimento Indígena

SEPLAN- Secretaria de Planejamento

SESAI - Secretaria de Saúde Indígena

SODIUR - Sociedade dos Índios Urbanos de Roraima

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

UFRR - Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 ÁREA DE ESTUDO	13
1.2 METODOLOGIA	16
2. UM POUCO DO PROCESSO HISTÓRICO	20
2.1 A COLONIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A TERRITORIALIZAÇÃO DOS INDÍGENAS	20
2.2 PROCESSOS DE DESTERRITORIZAÇÃO E RETERRITORIZAÇÃO	23
2.3 CONTEXTUALIZANDO A TERRITORIALIZAÇÃO NO VALE DO RIO BRANCO	27
2.4 OS POVOS INDÍGENAS E SUAS TERRAS: ALGUNS DADOS IMPORTANTES	30
2.4.1 As terras indígenas e a reconfiguração de territórios	33
3. TERRITORIALIDADES INDÍGENAS URBANAS	37
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	37
3.2 OS INDÍGENAS E A CIDADE: NOVOS TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO	45
3.3 O BAIRRO RAIAR DO SOL E A PRESENÇA DOS INDÍGENAS	48
4. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO BAIRRO RAIAR DO SOL	60
4.1 ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS	60
4.2 FORMAS DE RESISTÊNCIA: POSSÍVEIS VÍNCULOS COM ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS	65
4.3 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE	84

1. INTRODUÇÃO

A presença dos indígenas nas cidades é algo bem antigo, no entanto, somente recentemente nas décadas de 80 e 90 é que começam a ser publicizados trabalhos em nível de dissertação sobre o tema conforme nos explica Nunes (2010), ao referir-se a um primeiro trabalho pioneiro ainda na década de 60, de Cardoso (1968) e os trabalhos orientados por ele de Lazarin, 1981; Romano, 1982; Fígoli 1982. Nunes (2010) afirma ainda que mesmo existindo algumas produções nesse período somente a partir dos anos 2000 é que a temática tornou-se mais visível.

O Brasil é um país com forte presença indígena em todos os seus estados e o fenômeno de deslocamento dos mesmos, dos seus locais de origem para as cidades é algo constante. A Amazônia como um todo e em especial a brasileira, embora concentre maior população indígena nas áreas rurais, apresentou um crescimento relevante em relação a população indígena urbana comparando-se o espaço de tempo dos anos 90 até os anos atuais. A dinâmica territorial das populações indígenas passa por constantes mudanças a partir de diferentes aspectos que vão desde o processo de colonização, contribuindo desde então com a desterritorialização e reterritorialização dos mesmos, até a luta pelo reconhecimento e garantia de suas terras.

A presente pesquisa, sem a intenção de ser conclusiva sobre qualquer aspecto, investiga a construção de territórios e territorialidades pelos indígenas que residem no bairro Raiar do Sol na cidade de Boa Vista, tendo em vista que se referem às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico.

As territorialidades urbanas, assim como qualquer territorialidade, abarcam diferentes dimensões e podem traduzir, em nível coletivo, formas de interação, sobrevivência e regulação do território, a partir de ações desenvolvidas no cotidiano, tanto em relação a sobrevivência física quanto a concretização de anseios e necessidades subjetivas mediadas pelo meio social, cultural e econômico.

Ao longo dos capítulos alguns aspectos fundamentais são analisados, tais como: a origem e as etnias das famílias indígenas residentes no bairro Raiar do Sol, além da investigação sobre os vínculos culturais manifestados pelos indígenas e as formas de organização política que possuem no contexto urbano.

A dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo 1 que abordará a relação da desterritorialização e reterritorialização dos indígenas em relação ao processo histórico de colonização partindo do contexto nacional e posteriormente abordando contexto local, ou seja, o vale do Rio Branco com ênfases astáticas utilizadas pelos colonizadores para a apropriação e utilização do espaço, como o caso dos aldeamentos. No mesmo capítulo, serão apresentados alguns dados sobre os povos indígenas e suas terras no Brasil, na Amazônia e em Roraima, como base de análise.

No capítulo 2, adentrar-se-á nas temáticas territórios e territorialidades no contexto urbano, realizando-se uma breve contextualização das escalas nacional, regional e local e uma breve abordagem sobre os índios que vivem em cidades, além de dados quantitativos sobre os indígenas na cidade de Boa Vista a fim de uma contextualização inicial e por fim, uma abordagem sobre a presença dos indígenas na área em estudo, ou seja, o bairro Raiar do Sol. No referido capítulo analisa-se também os dados coletados, a partir da pesquisa de campo, através das entrevistas e conversas informais, apresentando-se alguns quadros e gráficos que foram elaborados para uma melhor visualização e análise da situação.

No capítulo 3, então se abordará sobre territórios e territorialidades indígenas no Bairro Raiar do Sol, a partir de alguns aspectos culturais, de formas de resistência e possíveis vínculos com organizações indígenas que atendem os índios que vem para a cidade. Além disso, é feita uma abordagem sobre o caráter dinâmico das territorialidades enquanto ações cotidianas de vivência e sobrevivência, revelando-as como parte de um processo em construção.

1.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no Bairro Raiar do Sol e adjacências. O bairro está situado na zona oeste da cidade, nas proximidades do Igarapé do Paca e dos bairros: Prof.^a Araceli Souto Maior, São Bento, Operário, Bela Vista e Jardim Tropical, apresenta o maior contingente populacional indígena da cidade de Boa Vista com 287 habitantes, residindo em diferentes pontos do referido bairro, de acordo com dados do censo do IBGE/2010, a partir do critério de auto declaração.

O bairro em estudo possui uma ampla rede comercial abarcando supermercado de grande porte, mini mercados, inúmeras lojas de roupas, lotéricas, borracharias, auto mecânicas, pequenos restaurantes, lanchonetes, escolas, lojas de móveis, agência bancária,

igrejas, frutarias, dentre outros. O tráfego na avenida central, Estrela D'alva, é sempre intenso, pois dá acesso as ruas internas do bairro e encontra-se próxima a BR- 174. O movimento de pedestres e ciclistas, além dos veículos automotores é constante o que lhe confere um caráter diferenciado dos bairros mais centrais da cidade de Boa Vista. Muitos moradores e pessoas que frequentam ou passam pelo bairro utilizam bicicletas e motos como meio de transporte, o que contribui com um trânsito complexo especialmente pela rua principal não possuir ciclovias

ser uma avenida de mão dupla. Percebe-se que o bairro cresceu em alguns pontos de forma desordenada e a infraestrutura das ruas internas é precária não existindo meio fio nas ruas asfaltadas, além do que, muitas ruas ainda estão sem pavimentação.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo

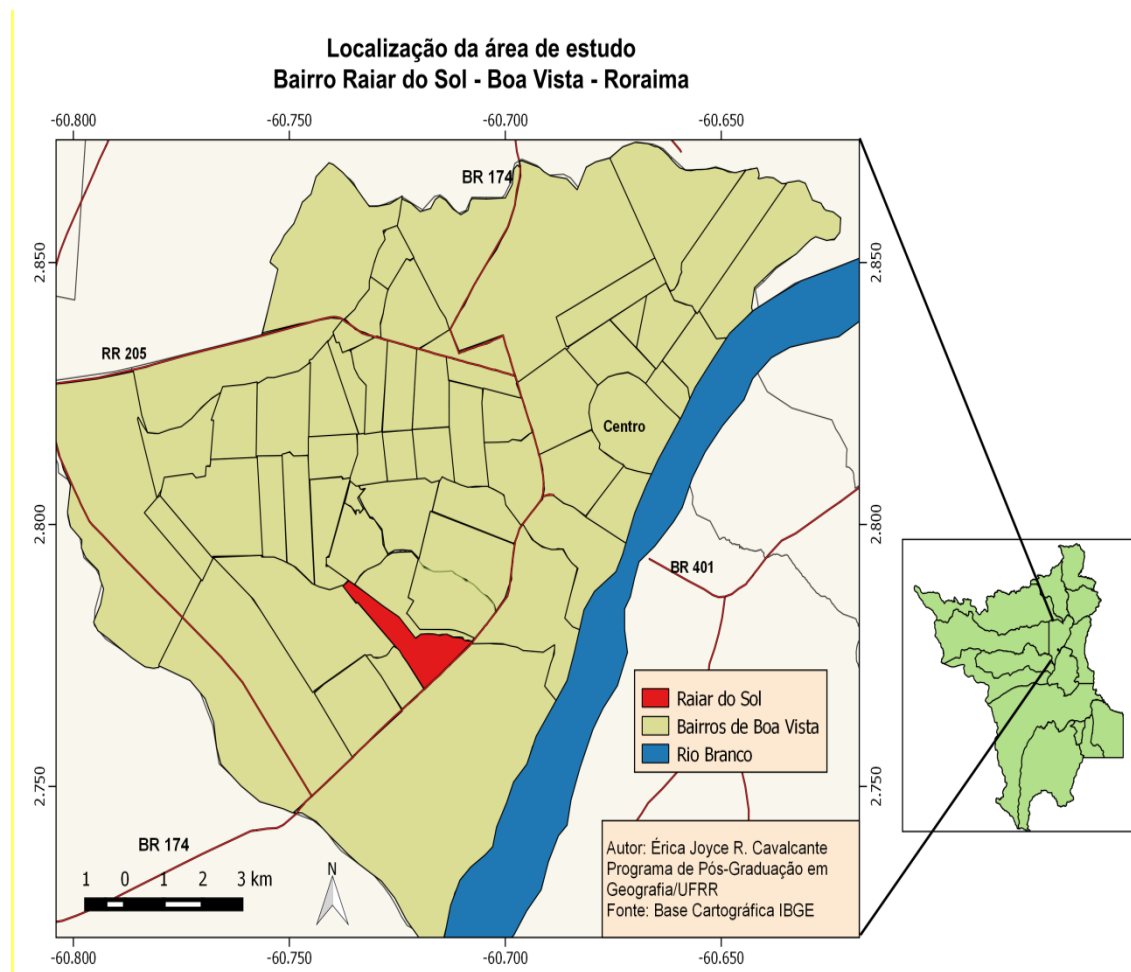


Figura 2 – Foto da entrada do Bairro Raiar do Sol, acesso pela BR-174.



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Figura 3–Foto da avenida principal do Raiar do Sol- Estrela D'alva



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

1.2 METODOLOGIA

A presente investigação foi realizada a partir da metodologia mista ou métodos mistos que privilegia, em momentos distintos, as dimensões qualitativas e quantitativas de acordo com as necessidades de elaboração, registro e análise dos dados. Creswell, (2010, p. 247-253), aponta a importância do método misto, no que se refere às estratégias de investigação, pois permite revelar facilmente, a depender da questão de pesquisa. Ainda, ressalta que as propostas de estudo podem empregar métodos quantitativos e qualitativos, ora atribuindo mais peso a um do que a outro, ora iniciando-se com um e concluindo-se com outro. Creswell (2010) afirma que a investigação por métodos mistos é um desenho de investigação ou metodologia na qual o/a investigador/a recolhe, analisa e mistura (integra ou relaciona) dado qualitativo e quantitativo num único estudo ou em diversas fases do mesmo programa de investigação.

A investigação no bairro Raiar do Sol foi definida em função de pesquisa preliminar feita em relação a quantidade de indígenas por bairro na cidade de Boa Vista. De acordo com dados obtidos na sede do IBGE, constatou-se que o bairro com maior contingente populacional indígena, 287 moradores, é o Raiar do Sol. Outro aspecto que contribuiu com a definição da área de estudo foi o fato de que três organizações que atendem os índios que vivem morar na cidade, situam-se no referido bairro e adjacências. Uma das organizações iniciou suas atividades no bairro e atualmente encontra-se em um espaço residencial no bairro Silvio Botelho, também zona oeste da cidade. Portanto, a presença dos indígenas no bairro é algo significativo.

A área de estudo, onde se situam os entrevistados, foi reordenada no decorrer da pesquisa. Tal situação deve-se ao fato de que, ao serem feitos os primeiros contatos numa das redes estabelecidas que foi a escola estadual Wanda David Aguiar, perguntava-se inicialmente onde os indígenas moravam e alguns disseram que era no bairro Raiar do Sol, mas, ao chegar no endereço fornecido, percebeu-se que era em um dos bairros ao lado, no entanto, o entrevistado sentia-se como morador do bairro Raiar do Sol. O sentimento de pertencimento ao Raiar do Sol pode ocorrer, talvez, por acessarem mais os serviços que estão localizados no referido bairro. Tal fato contribuiu para que as entrevistas fossem realizadas com pessoas que vivem também nas adjacências do bairro caracterizado inicialmente como área de estudo. Outro fato significativo também é que de certo modo justifica essa situação, é que não há separação visual entre os bairros.

A investigação realizou-se em três momentos distintos e interligados. No primeiro, foram feitas leituras bibliográficas a partir de levantamento de obras da Geografia, de artigos científicos, teses e dissertações já publicadas sobre os povos indígenas que vivem nas cidades e em especial na cidade de Boa Vista, para suporte, fundamentação teórica e análises dos dados levantados e construídos ao longo da pesquisa, tendo como referência as categorias: espaço, território, territorialidades, identidade, migração, deslocamentos e formas de organização e resistência das populações indígenas.

O segundo momento abarcou o levantamento de dados em instituições públicas e organizações indígenas, onde foram coletados dados secundários (essenciais) que permitiram traçar um breve panorama da população indígena roraimense, com ênfase nos que vivem na cidade de Boa Vista. Os dados coletados contribuíram com a identificação da população indígena nos bairros de Boa Vista, com destaque para o Raiar do Sol. A ideia inicial era fazer um quadro comparativo entre as informações do último censo do IBGE e os dados fornecidos pelas organizações indígenas, no entanto não foi possível obter as informações junto às referidas organizações.

O terceiro momento abarcou a realização de entrevistas que foram feitas com 11 moradores do bairro Raiar do Sol e adjacências e três representantes de organizações indígenas que atendem demandas voltadas para os indígenas que vem para a cidade. Realizou-se um pré-teste com acadêmicos do Insikiran-UFRR, permitindo a readequação das perguntas que versaram em torno dos seguintes aspectos:

- 1) Perfil geral a partir de informações sobre: faixa etária, sexo, nível de escolaridade, situação de trabalho, estado civil e religião;
- 2) Origem e etnias dos índios entrevistados;
- 3) Motivos pelos quais levaram a família vir para a cidade, especificamente para o bairro em questão;
- 4) Desafios enfrentados para assegurar a sobrevivência;
- 5) Manutenção ou não de hábitos e costumes da comunidade de origem;
- 6) Vínculos culturais com a comunidade de origem;
- 7) Relação com alguma organização indígena urbana ou não.
- 8) Conhecimento sobre políticas específicas para os indígenas que vem para cidade.

Como parte do terceiro momento foram feitas as análises e sínteses preliminares a partir das respostas coletadas com o registro dos resultados em gráficos e tabelas. Além disso,

foram construídos três mapas: a) um explicitando as terras indígenas onde se situam as comunidades de origem dos entrevistados; b) mapa com a área de estudo inicialmente delimitada e c) mapa com a área de estudo ampliada definida pela própria demanda que surgiu ao longo da pesquisa.

A rede de contatos para as entrevistas foi estabelecida a partir de três possibilidades. O esquema abaixo sintetiza a rede criada para as entrevistas:

Figura 4 -Fluxograma demonstrando a rede de contato para as entrevistas



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

- 1) Indígenas conhecidos forneceram alguns números de telefone para que as ligações e agendamentos das entrevistas pudessem ser feitos, no entanto, algumas pessoas contatadas não aceitaram dar entrevista demonstrando desconfiança em relação ao trabalho;
- 2) O Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR foi outro ponto de apoio para descobrir residentes do bairro em estudo. A partir dos acadêmicos conhecidos foi possível conseguir cinco nomes de moradores, no entanto, apenas uma pessoa aceitou ser entrevistada;
- 3) A escola Wanda David Aguiar, por eu ser professora da rede estadual e conhecer alguns professores. Essa rede de contato foi a mais eficiente tendo em vista que um professor ajudou fazendo uma lista com números de telefones dos alunos que diziam morar no bairro, mas, nesse caso houve uma dificuldade que foi os alunos indígenas apresentarem resistência em se reconhecer como tal. Muitas ligações telefônicas e tentativas de marcações de entrevistas foram feitas, mas, com pouca aceitação. Por esse motivo foi necessário ir no período noturno na própria escola e conversar (com autorização da equipe gestora) com os alunos na hora do intervalo. Essa tática foi a melhor, pois ao entrevistar um aluno, ele mesmo já indicava outro e

aí a receptividade era maior. Fato que merece destaque é que num dos momentos de entrevistas foi possível contar com o apoio de uma conhecida indígena da área de educação que já tem todo um conhecimento sobre as questões acadêmicas e é também mestranda na UFRR. Nesse caso, a receptividade para a realização das entrevistas foi bem maior.

Em síntese, as pessoas entrevistadas, portanto, foram em sua grande maioria, estudantes da Escola Wanda D'avid Aguiar cursando o Ensino Médio Noturno. Houve também a tentativa de abordagem de alguns moradores que circulavam nas ruas próximas as residências de pessoas já entrevistadas. Depois de muitas conversas, mostrando e explicando cuidadosamente o projeto por escrito, uma pessoa aceitou ser entrevistada.

Ressalta-se sobre a localização das organizações indígenas, que a ODIC já teve sede no próprio bairro Raiar do Sol, a Kuikrĩ possui sede no Raiar do Sol e a Kapoi situa-se no bairro Profª. Aracelis Souto Maior, bairro situado ao lado do bairro em estudo. A maior parte, da pesquisa de campo *in loco*, foi feita quase sempre no período da tarde e/ou noturno de acordo com a disponibilidade da entrevistadora e dos entrevistados.

Os três mapas construídos foram feitos a partir de shapes disponibilizados pela base cartográfica da Seplan e IBGE, utilizando-se o programa Quantum Gis. Destaca-se ainda que o registro e síntese dos dados e informações foram feitos a partir de um programa, criado especificamente para esse fim, chamado de SPE - Sistema de Pesquisa e Estatística, que consiste no registro e compilação tanto de dados e informações sobre perguntas objetivas (respostas fechadas) quanto de perguntas subjetivas (com respostas abertas).

A base conceitual do trabalho refere-se ao estudo e reflexão de três conceitos principais: espaço, como algo mais amplo, território como diferentes formas de apropriação do espaço e territorialidades enquanto ações desenvolvidas no território para garantir a sobrevivência cultural e física dos povos indígenas que vem para a cidade. As teorias geográficas permitiram, no momento da análise compreender as complexas relações que se estabelecem entre os indígenas residentes na cidade e as organizações indígenas permitindo, assim identificar os processos referentes aos territórios e territorialidades dos indígenas residentes no bairro em estudo.

Considera-se algumas limitações em termos de acessibilidade a coleta de informações e também em relação ao espaço destinado para a produção do trabalho, portanto, a pesquisa não pode ser considerada conclusiva, mas, como o início de um processo de investigação que poderá ser aprofundado em momentos futuros, não obstante, pode-se dizer que conseguiu alguns resultados preliminares que são relevantes no que tange a temática.

2. UM POUCO DO PROCESSO HISTÓRICO

2.1 A COLONIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A TERRITORIALIZAÇÃO DOS INDÍGENAS.

O processo histórico de colonização do Brasil, com mais de 500 anos de exploração dos povos indígenas, é fortemente marcado pelo extermínio de diversas etnias e pelo risco constante de desaparecimento das mesmas do território brasileiro. Luciano (2006, p.17) ressalta que as estimativas apontam para um contingente populacional indígena de aproximadamente 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes no ano de 1500. No entanto de acordo com dados do IBGE, no censo de 2001 a população brasileira passou a ter apenas 0,4% do seu total, composta por indígenas. Tal situação revela uma diminuição considerável da população indígena no país. Diversos fatores foram responsáveis:

De fato, a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. Eles não eram capazes de entender a lógica das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais (LUCIANO, 2006, P.17)

A colonização de exploração foi permeada por diferentes formas de opressão desde a época dos primeiros contatos dos colonizadores com os indígenas, que viviam no Brasil e em toda a América Latina, e apresentou relações diretas com a exigência de funcionamento e de manutenção das metrópoles gerando um verdadeiro morticínio que foi consequência de um processo complexo que tinha como principais motivos: a ganância e ambição próprias da expansão do capitalismo mercantil, levando a redução da população indígena que eram milhões, em 1500, para pouco mais de 800 mil nos dias atuais.

Diante do referido contexto, constata-se que vários grupos indígenas, que habitavam toda a região que passou a ser denominada Brasil, foram extintos. A figura 5 apresenta a população estimada no século XVI e exemplifica tal situação em diferentes estados e regiões brasileiras:

Figura 5 - População indígena no século XVI - Grupos extintos

Grupo indígena	Localização: região/estado	População original (séc. XVI)
Aimoré (Botocudo)	Espírito Santo e Ilhéus	30.000
Caeté	Costa nordeste	50.000
Caeté	Minas Gerais	30.000
Canindé (genipapo)	-----	20.000
Carijó	São Paulo	25.000
Carijó	Paraná	6.000
Carijó	Rio Grande do Sul	25.000
Cariri, Caratiú, Icó, Panati,	Interior do nordeste	25.000
Charrua	Rio Grande do Sul	35.000
Guarani	Mato Grosso do Sul	25.000
Omágua	Rio Solimões	20.000
Potiguar	Costa Nordeste	900
Tupiniquim	Ilhéus e Espírito Santo	55.000
Tupinambá de Cumá	Maranhão	25.000
Tupiniquim	São Paulo	35.000

Fonte: IBGE. Brasil 500 anos de povoamento, Rio de Janeiro, 2000
Adaptação: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

O viés socioeconômico oriundo das relações mercantilistas que pautou o processo de colonização baseava-se numa lógica de funcionamento que prevalece até o momento, através da produção do lucro e o acúmulo do capital que caracterizam o sistema capitalista¹. Tais aspectos tornam-se prioritários nas relações de produção e, portanto na forma de apropriação do espaço e do território brasileiro, o que influencia diretamente o modelo de estrutura fundiária do país, a vida e o modo de sobrevivência de seus habitantes.

Um longo caminho foi percorrido desde o período colonial até o momento presente, mas, vale lembrar que no ano de 1530, com a instalação das primeiras colônias brasileiras pelos portugueses, praticava-se o escambo (sistema de trocas) pelos índios que buscavam principalmente objetos de metais (FREIRE; OLIVEIRA, 2006), no entanto, ainda no mesmo período, essa prática foi sendo processualmente substituída pela utilização da mão-de-obra

¹HARVEY, David. A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista.

escrava para o fortalecimento dos engenhos de cana-de-açúcar. Em toda a área que corresponde ao Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico foi baseado na exploração intensa dos recursos naturais em diferentes períodos históricos, cada um com sua especificidade.

Diversos ciclos de exploração, dos referidos recursos, foram delineados a partir de elementos diferentes como o caso do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do ouro, só para exemplificar. No entanto, como afirmam Freire e Oliveira (2006), a consolidação da cana-de-açúcar baseada na escravidão negra, levou ao declínio os aldeamentos indígenas do litoral, deslocando o interesse das ordens religiosas para o trabalho catequético no sertão, acompanhando novos ciclos econômicos.

Já em meados do século XVII algumas mudanças passaram a acontecer, sobretudo, devido a introdução de missionários apostólicos no sertão, o que contribuiu com a denúncia da estrutura agrária baseada na escravidão e a luta pela liberdade dos índios defendida pelo Pe. Antônio Vieira:

No estado do Maranhão, os Jesuítas lutaram pela liberdade dos índios defendida pelo Pe. Antônio Vieira, instalando aldeamentos longe de povoações e fazendas, ameaçando a reprodução do sistema colonial. Em meados do séc. XVII, Vieira organizou o regimento interno dos aldeamentos e das missões do Maranhão e do Grão-Pará. Tal regulamento envolveu todos os atos que regiam a vida a vida missionária das atividades econômicas à catequese (FREIRE ; OLIVEIRA, 2006, p. 49).

Apesar das estratégias utilizadas pelos Jesuítas, que se constituíam de um conjunto de tarefas missionárias orientadas pela coroa portuguesa, para manter o controle da mão-de-obra indígena e com isso tentar garantir as fronteiras do império português, eles foram perdendo espaço para outras ordens religiosas mais fortemente subordinadas a lógica comercial.

De um modo geral, a ocupação das terras da Amazônia pela coroa portuguesa também se concretizou, como no litoral, através do processo de aldeamentos que na referida região denominava-se "aldeias de repartição" em que ocorria a apropriação da força de trabalho dos indígenas. Os índios eram centralizados, mesmo sendo de diferentes origens e eram distribuídos para servir não somente a missionários como também aos colonos e à Coroa portuguesa, ganhando um salário definido na legislação local.

O papel da igreja católica foi fundamental para a consolidação de algumas táticas em prol da ocupação e apropriação das terras onde viviam os indígenas, como por exemplo, a catequese e a civilização, que ocorriam nos aldeamentos que nem sempre se localizavam próximos as povoações. Aliado a isso se estabeleceu uma legislação própria e contraditória, pois os jesuítas tentavam controlar o emprego da mão-de-obra indígena longe dos colonos. O

Regimento de 1680, estabelecido graças aos esforços do jesuíta Antônio Vieira junto à Coroa portuguesa, proibia a escravidão do indígena mesmo que conquistado por resgate ou por “guerra justa” (FREIRE; OLIVEIRA, 2006).

O regimento estabelecia que houvesse uma distribuição tripartite das atividades dos “índios de serviço das aldeias”: a) um grupo acompanharia os padres nos trabalhos missionários; b) outro ficaria a serviço dos montadores; c) o último grupo cuidaria da subsistência das famílias indígenas dos aldeamentos. Tais aldeamentos deveriam ser governados pelos párocos e pelos “principais” (chefes) dos índios. Os jesuítas controlariam todos os aldeamentos no Maranhão e no Pará onde não existissem missionários de outras denominações, tornando-se os párocos de qualquer novo aldeamento. O trabalho da catequese seria estendido a lugares remotos da Amazônia, os índios sendo doutrinados e educados em indústrias nas suas próprias terras (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

No caso da (re) ocupação do espaço no processo de colonização, diferentes posições e representações territoriais fizeram-se presentes. Se para os colonizadores o território era visto como possibilidade de enriquecimento material, para os indígenas havia uma relação muito mais ampla e de identidade com a terra. O entrelaçamento: terra, identidade e sobrevivência é fruto de representações que vão delinear o significado de território para esses povos.

2.2 PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

O território pode ser considerado como um espaço privilegiado para a reordenação das ações sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas e por isso influencia de forma direta a permanência dos indígenas em determinado lugar. Para Santos (1994) o território é pleno de um caráter político e humanista que precisa contemplar os interesses e razões de ser e de existir de todos. Sobre esse aspecto podemos refletir sobre a desconstrução e reconstrução que ocorreram com os territórios indígenas, a partir da estratégia dos aldeamentos, já mencionada anteriormente.

As formas de dominação e apropriação do espaço desde o Brasil colônia, contribuem, então, com os processos de desterritorialização da população indígena e conseqüentemente de reterritorialização, ou seja, o uso ou apropriação de novos territórios, mesmo que seja a partir de uma imposição da forma de funcionamento do sistema socioeconômico. Nesse sentido territorialização pode significar, dependendo do contexto, uma intervenção política de organizações estatais que associa - de forma prescritiva e insofismável - um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados (FRANK; CIRINO, 2010), como

ocorreu no contexto colonial. Os mesmos autores, ainda enfatizam que não cabe dúvida de que a perda do território tradicionalmente utilizado é uma das principais causas e condicionantes do processo de territorialização.

Chama atenção a seguinte expressão dos referidos autores: "perda do território tradicionalmente utilizado". Tal afirmação nos remete ao território sendo utilizado de outra modo, o que ocasiona novas formas de apropriação, por isso pode-se considerar que a desterritorialização antecede o surgimento de novas territorialidades, no caso dos povos indígenas:

[...] quando a divisão se refere à própria terra devido a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não podemos ver nisto uma promoção da territorialidade mas, pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização nas comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel é substituída por uma unidade transcendente de natureza muito diferente que é a unidade do Estado: o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se ocupa tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (s/d 150) (HAESBAERT, 2012, p.137).

Segundo Haesbaert (2012) trata-se de duas relações muito distintas com a terra - enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um "início e um fim" em si mesma, formando um corpus com o homem, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o "fim último", caberá ao Estado. No que diz respeito a territorialidade é importante saber que:

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (ALBAGLI, 2004,p.29).

Nas últimas décadas algumas leis e decretos buscaram minimizar conflitos que envolvem diversos sujeitos sociais, bem como corrigir injustiças cometidas com os povos indígenas no Brasil. Assim um dos direitos básicos, o da terra, foi conquistado com muita luta e assegurado na legislação que orienta as questões referentes aos direitos indígenas, sendo o processo administrativo e de regularização fundiária, composto por diferentes etapas que vão desde a identificação até a homologação e registro das terras, definida na Lei nº 6.001, 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio) e no decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996.

Conforme a CF 88 os indígenas possuem o direito originário e usufruto exclusivo das terras que ocupam (IBGE, 2012).

Desde o início de todo esse processo histórico até os dias atuais, o modo de produção e as estratégias adotadas, portanto, influenciam diretamente na desterritorialização e reterritorialização dos povos indígenas:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATARRI; ROLNIK, 1986 apud HAESBAERT, 2012, p.127).

O modelo socioeconômico que prevalece na maioria dos países do mundo, assume aqui no Brasil e em outros países considerados em desenvolvimento, um caráter periférico em que os mesmos passam a ter a sua economia subordinada a economia dos países centrais ou considerados desenvolvidos e portanto priorizando-se sempre as necessidades econômicas externas em detrimento das necessidades internas da população brasileira, ou seja, a essência do modo de produção não mudou.

Tal fato contribui diretamente com as desigualdades sociais e econômicas afetando sobremaneira o modo de vida da população como um todo e, portanto de forma mais direta das populações tradicionais que concebem a terra como algo indissociável da própria vida (ALBAGLI, 2004).

No processo complexo das desigualdades sociais e econômicas a disputa pela terra, é algo constante o que fere inclusive a constituição federal brasileira de 1988, que teve alguns avanços em seu texto no que se refere as questões indígenas, em seus artigos 231 e 232 que tratam da integridade física, cultural e espiritual dos indígenas o que demanda a garantia e preservação de seus territórios.

É notório que muito do que já está assegurado na legislação brasileira, vem sendo cumprido apenas com muita pressão por parte dos povos indígenas e nesse sentido podemos citar a violação dos direitos territoriais dos indígenas pelo próprio Estado:

O Estado, desde o início de nossa história, sempre deu com uma mão e retirou com a outra. E depois de um certo tempo, o fez premeditadamente, pois entendia estar legislando para uma situação temporária, razão pela qual não havia mesmo muito motivo para cumprir o que estava escrito. Isto explica uma série de conflitos atuais acerca da demarcação das Terras Indígenas que, embora para muitos pareçam novas demandas, pedidos "absurdos" em razão das disputas que ensejam, são apenas uma

espécie de ato final de um longo capítulo de uma história trágica e pouco justa (ARAÚJO, 2006, p.54).

A história de sobrevivência desses povos é fortemente marcada por processos de resistência onde somente as lutas levam a algumas conquistas. Em busca de novas formas de vida, seja por quais motivos forem, passa a ocorrer os deslocamentos dos indígenas, das regiões tradicionais (comunidades) nas quais vivem, para a cidade constituindo-se um movimento de desterritorialização e reterritorialização em que alternam-se tentativas de preservação da identidade cultural com a assimilação de outros hábitos culturais comuns de uma cidade. Para Haesbaert (2012), existem dois tipos de desterritorialização:

A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Esta desterritorialização é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível. No entanto, como veremos mais adiante os dois processos se relacionam, um perpassa o outro. Além disto, devemos ressaltar novamente que, para os dois movimentos, existem também movimentos de reterritorialização (HAESBAERT, 2012, p. 130).

As tentativas de preservação da identidade cultural, que perpassam por vários aspectos tais como: costumes, rituais, idioma, culinária, o direito de decidir permanecer em suas terras, o direito a educação escolar diferenciada, dentre outros, caminharam ao lado de uma forte carga de repressão física e cultural vivenciada pelos indígenas. Os povos indígenas, ao longo dos 500 anos de colonização, foram obrigados a reprimir e negar suas culturas e identidades como forma de sobrevivência diante da sociedade colonial que lhes negava qualquer direito e possibilidade de vida própria (LUCIANO, 2006).

A ocupação europeia e as políticas adotadas no período colonial e em todo o processo histórico que envolve os povos indígenas desde dos séculos XVI até o século XXI, portanto, contribuíram com a ampliação da necessidade de luta pela sobrevivência física e cultural dos indígenas ao longo de séculos e originou formas de resistência para permanecerem em seus locais de origem ou nos locais para os quais se deslocam ainda hoje por inúmeros e diferentes motivos:

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas (LITTLE, 2002, p. 5).

Na região amazônica e no espaço que ficou conhecido como vale do Rio Branco, o caráter da ocupação seguiu o mesmo modelo com algumas diferenças e especificidades devido ao projeto de integração da região ao contexto geral.

2.3 CONTEXTUALIZANDO A TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA NO VALE DO RIO BRANCO

Tratando-se especificamente da ocupação colonial do vale do Rio Branco no século XVIII, o que envolve principalmente holandeses, portugueses e indígenas, destaca-se a instalação de fortalezas e de aldeamentos indígenas com o objetivo de conter o que consideravam uma ameaça ao seu domínio do vale amazônico: o tráfico de escravos índios que, polarizado pelos holandeses radicados na Guiana, envolvia os povos indígenas daquela região (FARAGE, 1991).

Sem a pretensão de realizar um resgate histórico minucioso, no que diz respeito aos principais aspectos do processo de colonização na Amazônia e principalmente no vale do Rio Branco (região denominada atualmente como estado de Roraima), destaca-se que o modelo adotado também se baseou fortemente nos aldeamentos e que essa estratégia focava na submissão do índio a fim de se construir uma barreira contra as invasões no vale amazônico:

Para além do interesse econômico que pudesse oferecer a região, tratava-se nesse primeiro momento, para os portugueses, de formar no Rio Branco uma barreira contra as invasões ao vale amazônico, mas, note-se, que uma barreira humana; desta perspectiva, a submissão dos índios, como vimos, premissa fundamental no projeto colonizador português para a Amazônia como um todo, neste caso seria, mais do que nunca, um imperativo. Ou nas palavras mais radicais do coronel Lobo D'Álmada [(1787) 1861: 679], um dos ideólogos da colonização do Branco, "uma das maiores vantagens que se pode tirar do rio branco é povoal-o, e coloniar toda esta fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do paiz.(FARAGE, 1991, p. 128).

Nesse caso a estratégia de aldeamento caracterizava-se pela saída dos índios do espaço territorial de origem para outros que em alguns momentos eram determinados pelos portugueses, o que necessariamente não significava uma parceria entre igreja e estado português para esse trabalho de base. Vale ainda ressaltar que, o modelo de ocupação do vale do Rio Branco, baseado também na instituição de fortificações por Portugal, teve seu projeto, de total domínio amazônico, ameaçado por mais dois países: Espanha e Holanda. Como enfatiza Vieira:

Esse avanço espanhol e holandês sobre o Rio Branco, com o objetivo também de capturar índios e de fazer negócios com outras nações indígenas, forçaram a metrópole a pensar em estratégias políticas que definissem a própria posse. Com o claro objetivo de demarcar suas fronteiras, passaram a fazer novos descimentos,

deslocando várias etnias e fixando-os em cinco aldeamentos então no próprio Rio Branco. Esse tipo de investimento foi a forma encontrada de garantir ocupação do território, passando os índios, pela primeira vez sendo registrado como atores importantes, capazes de sustentar a própria posse da região (VIEIRA, 2014, p.30).

A ocupação do território, portanto, relaciona-se com a intervenção e apropriação por novos sujeitos pautados por um projeto intencional de poder e domínio sobre determinado espaço:

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite - um componente de qualquer prática - manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores utilizado como meio para sua prática (RAFFESTIN, 1993, p.63)

Diante do exposto é pertinente analisar as relações existentes entre terra, território e territorialização, no que diz respeito as comunidades primitivas. Os referidos termos entrecruzam-se e são mediados por diversos aspectos originando diferentes dimensões.

No caso do termo território existe uma ampla conceituação e seu significado não se encerra apenas na dimensão física ou material do espaço, mas, segundo Raffestin (1993) é um campo de forças, é uma teia de relações sociais que se projetam no espaço. A formação social do espaço influencia diretamente no seu significado:

O território assume ainda significados distintos em cada formação socioespacial. No mundo ocidental, o conceito de território foi de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica (ALBAGLI, 2014, p. 27).

No vale do Rio Branco, posteriormente aos aldeamentos, já no século XIX na tentativa de ocupação e de "desenvolvimento" das terras, surgiu o projeto da pecuária onde foram fundadas as chamadas fazendas reais, nas terras do Alto Rio Branco, divididas em três áreas: a oeste, entre o rio Uraricoera e o rio Branco, fundou-se a do Rei - registrada com o nome de São Bento. Outra chamada de São José foi instalada perto do Forte São Joaquim. A última fazenda, a de São Marcos, criada no setor norte ficou localizada entre o rio Uraricoera e o Tacutu (VIEIRA, 2014, p.49). Somente em 1858 a chamada "Freguesia de Nossa Senhora do Carmo", que deu origem a cidade de Boa Vista, foi fundada. Segundo Vieira (2014) as fazendas particulares passaram a se multiplicar tanto dentro das fazendas nacionais como também fora delas e os grandes arrendatários e antigos administradores das fazendas do

estado se tornariam ricos usurpando as mesmas. Nesse momento econômico em que a pecuária prevalecia, a força de trabalho dos indígenas e suas terras passaram a ser cada vez mais disputadas:

A pecuária, levada adiante pelos colonos, teve como primeira consequência a disputa pela própria mão-de-obra indígena entre os primeiros fazendeiros. Mais do que isso, as terras indígenas passaram então a ser alvo de cobiça, não mais de portugueses, mas de brasileiros, dando posteriormente origem aos grandes latifúndios de Roraima; isso porque a expansão da pecuária idealizada no final do século XVIII, teria seus primeiros frutos nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, dando finalmente uma base econômica de sustentação para a região, ocupando cada vez mais as terras indígenas pela violência, escravidão como também pelos mais variados expedientes jurídicos (VIEIRA, 2014 p.45).

Percebe-se que o modelo econômico determina a forma de ocupação das terras e influencia diretamente no uso dos territórios indígenas. Tudo isso embasado numa legislação específica que surgia a partir dos interesses não somente dos colonizadores estrangeiros, mas também do Estado brasileiro. Um dos destaques da legislação da época, foi a Lei de Terras de 1850 que definiu dois tipos de terras indígenas: 1) derivadas dos indígenas e portanto reconhecidas como dos índios por direito originário; 2) terras reservadas a colonização dos indígenas (devolutas, inalienáveis e de usufruto desses povos). A constituição de 1891 atribuiu aos estados as terras que eram das províncias, o que facilitou às oligarquias locais o controle total sobre sua distribuição. A partir daí surge o um novo modelo agrário no Brasil. A terra transformou-se numa simples mercadoria ficando a mercê do capital e, assim passou a ser livremente comprada e negociada (VIEIRA, 2014).

Na referida região, a partir do ano de 1890, quando já estava instalado o período republicano no Brasil, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo dá lugar ao município de Boa Vista do Rio Branco. Com todas as determinações oriundas do processo político, econômico e social vigente, as populações indígenas sofriam influência do modelo agrário e de seu funcionamento no que diz respeito a deslocamentos e permanência nas regiões de origem. Ressaltando-se que em meio a todo esse contexto muitos conflitos ocorreram contribuindo para o desaparecimento de algumas etnias como, por exemplo, os Pauxiana, os Prurucata e os Saporá.

As diferentes etnias passaram a situar-se em todo o território de forma diversa, sendo que alguns indígenas permaneceram nas mesmas regiões, como o caso dos Macuxi vivendo próximos aos rios Mahú, Cotingo, Uraricoera e Tacutú, conforme Vieira (2014) nos aponta,

baseando-se no relatório feito pelo beneditino Dom Alcuíno Meyer em 1926. Consta-se portanto, que os projetos econômicos pautaram a localização geográfica dos indígenas:

A maioria circulava, ou se encontrava já vivendo dentro das limitações das fazendas nacionais, o que correspondia a todo o território do Rio Branco. Porém, com exceção dos índios Macuxi, compararmos com a atual territorialidade desses povos, pelo menos dos que sobreviveram, percebemos diferenças. Além daquelas já apontadas para o século XVIII e XIX, essas estão representadas por três grandes projetos: a ocupação fundiária acompanhada da pecuária extensiva, a exploração mineral e a construção de estradas como a BR-174 e a Perimetral Norte. Tais projetos foram responsáveis, ao longo dos anos, pela eliminação de vários corpos e pela segregação de etnias em áreas únicas, afastando muitos índios das áreas de cabeceiras dos grandes rios e das serras, por serem, no início, locais de difícil acesso aos não-índios (VIEIRA, 2014, p.55).

Nesse contexto de disputas as terras, que antes pertenciam aos diferentes grupos e etnias indígenas, tornam-se alvos constantes de interesses divergentes a partir dos diferentes sujeitos sociais e o reconhecimento de territórios indígenas pelo Estado se dá sob variadas configurações, ao longo do século XX (SANTILLI, 2001).

As terras indígenas no Brasil em meados da década de 1910, passa a ser de responsabilidade do SPI, criado a partir do decreto n. 8.072. Ao SPI coube todo o processo para o reconhecimento e demarcação das terras.

2.4 OS POVOS INDÍGENAS E SUAS TERRAS, ALGUNS DADOS IMPORTANTES.

Falar de povos indígenas é referir-se a todo um conjunto de etnias que compõem um universo heterogêneo nos mais diferentes aspectos. De acordo com os dados do censo de 2010 (IBGE) e de informações disponibilizadas pelo PIB, a população indígena brasileira aumentou na última década e diversos fatores foram responsáveis por esta situação, dentre eles, a utilização de vacinas e outros benefícios de saúde que passam a ser disponibilizados.

É fundamental tecer um panorama geral dos indígenas no Brasil em termos demográficos, para poder realizar comparações. Nesse sentido os dados apresentados nos permitem algumas conclusões esclarecedoras no que diz respeito à quantidade dos povos e dos indígenas que vivem no Brasil, na Amazônia Legal e de modo geral mais geral, no mundo em que vivemos:

Figura 6 - Povos indígenas: dados quantitativos

Povos Indígenas	Quantitativo de povos	Quantitativo de pessoas
No mundo	5.000	350.000.000
No Brasil	243	896.917
Na Amazônia Legal Brasileira	180	433.366
Em Roraima	11	55.922

Fonte: Censo do IBGE/2010. Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Dos cinco mil povos indígenas que existem no mundo, duzentos e quarenta e três estão situados no Brasil, caracterizando uma forte e diversificada presença. A grande diversidade na constituição desses povos indígenas, nos leva a ter cuidado ao analisar cada uma dessas populações e suas maneiras próprias de compreensão e apreensão do território, sendo assim cada povo construirá diferentes formas e sentidos de ocupação e de defesa dos seus territórios:

Cada povo indígena tem uma ideia própria de território, elaborada por suas relações internas, com os outros povos e com o espaço onde lhes couber viver. Por isso mesmo, estão incluídos nos direitos territoriais os direitos ambientais, que tem estreita ligação como os culturais, uma vez que significam a possibilidade ambiental de reproduzir hábitos alimentares, farmacologia própria, arte e artesanato. Além disso, supõe-se que cada povo sabe a história, real ou mítica, de seu território, conhecendo sua extensão e seus limites (MARÉS,2002, p. 53).

A enorme diversidade sociocultural dos indígenas brasileiros envolvem aspectos tais como etnia, troncos linguísticos, hábitos e costumes. Do total de habitantes indígenas do país, o maior quantitativo ainda concentra-se nas áreas consideradas rurais, conforme a figura 7:

Figura 7:Quantitativo de indígenas contexto rural e urbano

Indígenas no Brasil	Indígenas vivendo na zona rural	Indígenas vivendo na zona urbana
817.963	502.783	315.180

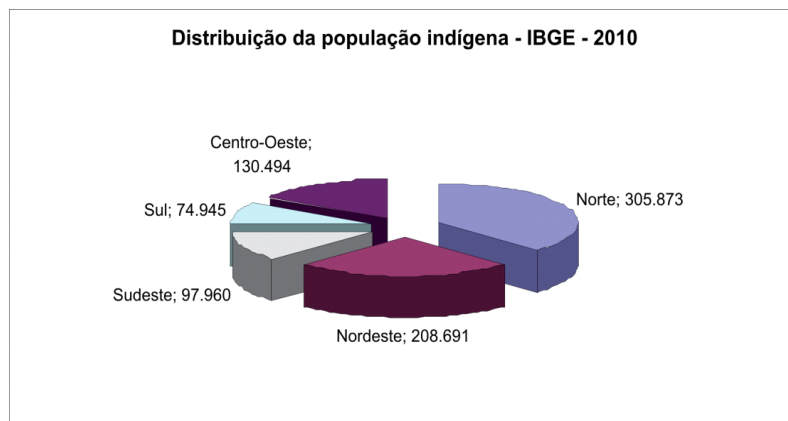
Fonte: IBGE/2010 – Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Segundo o censo do IBGE de 2010, em todos os estados brasileiros existem habitantes indígenas inclusive no Distrito Federal e no cômputo geral da população brasileira que é de 190.755.799 e 896.963 são indígenas. No mesmo censo constatou-se que ainda existem 274

(duzentos e setenta e quatro) línguas indígenas faladas no país, sendo que 17,5% do total da população indígena existente, ainda não fala a língua portuguesa.

Sobre as questões mais regionalizadas avalia-se que a distribuição da população geral indígena possui maior quantitativo na região norte, abarcando 37,4% do total de toda a população. Os dados abaixo nos possibilitam uma melhor conclusão sobre o panorama mencionado:

Figura 8 - Distribuição da população indígena - IBGE- 2010



Fonte: IBGE/2010 - Elaboração: FUNAI

Ressalta-se que a legislação sobre as questões indígenas passou por algumas mudanças no final da década de 1980, com a aprovação da CF² que é posterior ao fim do período da Ditadura Militar no Brasil a partir do processo que ficou conhecido como redemocratização.

Estabeleceu-se aos indígenas direitos coletivos que são originários, ou seja, eles são anteriores a qualquer legislação especialmente a Constituição, fazendo parte do que se convencionou como direitos naturais sem necessidade de leis para ter reconhecimento e vigência. Isso significa que a legislação assegura o direito dos povos indígenas. Existem direitos territoriais e direitos culturais, pois esses últimos é que representarão as características mais particulares de cada povo.

²A Constituição brasileira de 1988 alterou substancialmente a filosofia e a postura, até então adotadas, em relação aos índios e aos seus direitos. À luz de uma visão mais realista, a Carta Magna do Brasil reconhece os índios como povos culturalmente diferenciados e substitui a concepção vigente de integração dessas Comunidades à sociedade nacional. O novo texto Constitucional reconhece, oficialmente, a diversidade e a especificidade cultural dos índios e o seu direito à preservação dos hábitos e diferenças que os caracterizam. O artigo 232 confere legitimidade a quaisquer ações processuais impetradas pelos índios e encarrega o Ministério Público de defendê-los judicialmente, garantindo os seus direitos. Uma vitória para os índios que, hoje, têm assegurado por Lei o direito de manterem seus costumes, culturas, religiões, língua e tradições.

2.4.1 As terras indígenas e a reconfiguração dos territórios

Inúmeros são os fatores que contribuíram com a reconfiguração dos territórios indígenas no Brasil incluindo os processos de demarcação das terras indígenas. Esses espaços foram demarcados utilizando basicamente dois formatos diferentes: o descontínuo, que é caracterizado pela demarcação das terras em ilhas e o contínuo que normalmente abarca grandes extensões de terras de forma ininterrupta.

A demarcação em ilhas acaba gerando uma série de dificuldades para os indígenas pois, limita a extensão de terras:

Mesmo considerando as dificuldades enfrentadas pelos povos que ocupam essas terras demarcadas e homologadas em formato de ilhas (espaços limitados por fazendas e propriedades particulares, reduzindo expressivamente o espaço vital das comunidades), cabe destacar que a luta dos povos indígenas conduziu à garantia da terra, conforme os dizeres da Constituição Federal de 1988 (Artigo 231) (BETHONICO, 2012, p.5).

O formato contínuo, normalmente, é motivador de posições controversas e polêmicas por parte de vários setores da sociedade tendo em vista que sempre há um pensamento equivocado de que existem muitas terras destinadas aos indígenas, comparando-se ao quantitativo populacional existente. No entanto se analisarmos a estrutura fundiária do país, em que existe um alto grau de concentração de terras nas mãos de pessoas e grupos particulares, poderemos constatar que se trata de uma avaliação parcial da realidade, muitas vezes baseada no senso comum ou no discurso disseminado por grupos economicamente dominantes:

O mote “muita terra para pouco índio” não passa de preconceito e má fé, não tendo qualquer amparo em fatos concretos, bastando que se verifique para tanto que na maioria das regiões do país os povos indígenas vivem em áreas bastante pequenas, as quais não lhes conferem as condições mínimas para uma existência digna. Exceção se faz no caso da Amazônia, onde nos últimos anos foi possível reconhecer aos índios o direito a áreas de maior extensão, com fundamento exatamente no conceito constitucional de terras indígenas. Mesmo nestes casos, é preciso que se diga que em muitas regiões da Amazônia os índios são a maior parte da população, sendo certo que as extensões das suas terras ainda estão abaixo dos índices de concentração fundiária na mão de particulares. Não bastasse isso, muitas dessas terras, ainda que extensas, enfrentam graves problemas de invasão por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, sendo o Estado bastante lento e pouco eficiente em adotar providências para garantir a plena posse dos índios sobre seus territórios (ARAÚJO, 2006, p.49).

No quadro geral das demarcações ocorridas no país podemos observar que até se chegar as homologações, inúmeras etapas são constituídas: identificação, contraditório,

declaração dos limites e demarcação física. Depois de homologada a terra, então, passa pela etapa final do registro. Todo esse percurso é permeado por um jogo de correlação de forças em que os diferentes interesses de grupos sociais, fazem-se presentes. No estado de Roraima foi homologada a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, após anos de espera por parte dos índios.

A homologação da referida terra provocou uma reação contrária ao processo, por parte de alguns setores da sociedade, inclusive de políticos locais, dentre eles o autor da PEC 215, senador Mozarildo Cavalcanti, que defende que o controle das demarcações de terras indígenas no país fiquem a cargo do Congresso Nacional, o que caracteriza uma defesa que vai na contramão dos direitos indígenas conquistados até o momento.

Nesse emaranhado de situações envolvendo a violação dos direitos territoriais dos indígenas, é necessário compreendermos que há uma diferença entre o que se chama de "terra" e de "território":

Como expuseram vários estudos antropológicos, a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (GALLOIS,2001, p. 03).

As demarcações de terras indígenas no Brasil, sendo de forma contínua ou descontínua, cada uma com suas particularidades, são propulsoras de um movimento de ação e reação das comunidades que vivem nelas. Todo esse processo foi tomando diferentes formas a partir das modificações na legislação brasileira sobre a temática. Santilli (2001), afirma que o processo demarcatório é reflexo de intrincadas e mirabolantes disputas pelo poder que ultrapassam em muito o cenário regional e a questão indígena em si mesma.

Existem inúmeras terras indígenas com diferentes situações em termos de demarcação, homologação e processos jurídicos no Brasil. A constituição Federal em seu artigo 231 define o que são terras indígenas. Segundo dados constantes no site oficial do PIB (2015), foram identificadas 505 terras indígenas com a ajuda da FUNAI.

No processo de cartografia das mesmas, as terras constituem uma extensão de 106,7 milhões de hectares o que equivale a 12,5% do território brasileiro, sendo que de todas elas a maior em extensão encontra-se nos estados do Amazonas e Roraima: a terra Yanomami com uma população indígena estimada, segundo o censo de 2010 (IBGE), em 25,7 mil indígenas. Na Amazônia legal o total de terras indígenas corresponde a 22,29% do total de toda a área:

Figura 9: Terras indígenas por Estado na Amazônia Legal

Terras Indígenas por Estado na Amazônia Legal* (em 22/10/ 2014)			
UF	área da UF	Terra indígena	% sobre a UF
Acre	16.491.871	2.459.834	14,92%
Amapá	14.781.700	1.191.343	8,06%
Amazonas	158.478.203	45.232.159	28,54%
Maranhão**	26.468.894	2.285.329	8,63%
Mato Grosso	90.677.065	15.022.842	16,57%
Pará	125.328.651	28.687.362	22,89%
Rondônia	23.855.693	5.022.789	21,05%
Roraima	22.445.068	10.370.676	46,20%
Tocantins	27.842.280	2.597.580	9,33%
Total	506.369.425	112.869.914	22,29%

Fonte: PIB/2015

Em Roraima existem atualmente inúmeras terras indígenas homologadas e ao analisá-las podemos ter um panorama geral da situação. Bethônico (2012) nos possibilita essa análise através dos seguintes dados:

Figura10 : Situação das Terras indígenas em Roraima

Grupo Indígena	Terra Indígena	Área total	Homologação/Demarcação
MACUXI	Ananás	1.769	1982
	Aningal	7.627	1982
	Cajueiro	4.304	1982
	Mangueira	4.064	1982
	Ouro	13.573	1982
	Pium	4.608	1991
	Ponta da Serra	15.597	1982
	Santa Inês	29.696	1982
	Sucuba	5.983	1982
Total		87.221	
MACUXI/WAPIXANA	Anta	3.174	1991
	Araça	50.018	1982
	Barata/Livramento	12.883	2001
	Boqueirão	15.860	2003
	Canauanim	11.182	1996
	Jabuti	14.210	1996
	Manoá/Pium	43.337	1982
	Moskow	14.200	2003
	Raimundão	4.277	1997
	Serra da Moça	11.626	1991
	Truaru	5.653	1991
Total		186.420	
WAPIXANA	Anaro	30.000	2006 (Declarada Port. 962)
	Bom Jesus	859	1991
	Jacamim	189.500	2005
	Malacacheta	28.632	1996
	Muriru	5.520	2003
	Tabalascada	13.024	2005
Total		267.535	

MACUXI/WAPIXANA/ INGARICÓ	Raposa Serra do Sol	1.678.800	2005
Total		1.678.800	
MACUXI/WAPIXANA/ TAUREPANG	São Marcos	654.110	1991
Total		654.110	
WAI-WAI	Trombeta/Mapuera	663.775	2005 (Declarada Port. 1.806)
	Wai-Wai	405.000	2003
Total		1.068.775	
WAMIRI/ATROARI	Wamiri/Atroari	666.311	1989
Total		666.311	
YANOMAMI	Yanomami	5.792.669	1992
Total		5.792.669	

Fonte: Bethônico (2015).

A demarcação e homologação de grande parte das terras indígenas em Roraima datam da década inicial de 1982 e se estendem até o ano de 2005. No contexto nacional, em relação à quantidade de Terras indígenas, o censo identificou o total de 505, representando 12,5% de todo o território brasileiro o que corresponde a aproximadamente 106,7 milhões de hectares.

3. TERRITORIALIDADE E OS INDÍGENAS URBANOS

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.

Com a chegada dos europeus nos territórios indígenas a partir do século XVIII, inúmeras situações ocorreram alterando o modo de vida desses povos. Os territórios que eram habitados somente por eles, foram invadidos a partir de uma lógica de exploração o que contribuiu com uma mudança na forma de sobrevivência dos indígenas, modificando algumas de suas práticas tanto no que diz respeito a ações cotidianas para a subsistência, quanto aos aspectos culturais mais amplos, como por exemplo, os rituais de crença e fé.

Muitas etnias eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários deuses: da terra, do fogo, do ar e no processo de contato com o colonizador passaram a ser catequizados e algumas passaram a assumir uma prática monoteísta. Essa situação ocorreu em todo o espaço denominado Brasil e alterou significativamente as relações e ações nas comunidades indígenas. Lembrando é claro que não pode haver generalizações, tendo em vista que alguns grupos étnicos, mesmo tendo algum contato com os colonizadores, mantiveram-se durante muitos anos distantes da lógica civilizatória imposta, o que originou na década de 1980 na FUNAI, a criação de uma terminologia intitulada: "índios isolados" que na verdade refere-se aos grupos que ainda não tiveram contato algum com a sociedade nacional e com a FUNAI. No ano de 2006, foram computados 12 grupos/etnias que se encontravam nessa situação:

Estima-se que existam atualmente 46 evidências de "índios isolados" no território brasileiro, das quais apenas 12 foram confirmadas até hoje pela FUNAI. "Índios isolados" é uma terminologia usada pela FUNAI para designar aqueles com os quais ela não estabeleceu nenhum contato. Em geral, não se sabe ao certo quem são, onde estão, quantos são e que línguas falam. Algumas poucas informações reunidas baseiam-se em vestígios e evidências pontuais ou em relatos de pessoas. A pouca literatura sobre esses povos traz, por vezes, fotos de tapiris, flechas e outros objetos encontrados nas áreas, fornecidos por sertanistas da FUNAI ou por pesquisadores e missionários que atuam nas regiões próximas. O que é mais abundante são os relatos orais feitos por outros índios e regionais que vivem próximos, narram encontros casuais, ou simplesmente reproduzem informações de terceiros que, muitas vezes, se misturam a lendas e a mitos corriqueiros em diferentes regiões e situações da Amazônia (LUCIANO, 2006,p.51)

As fotos dos objetos e os relatos orais, que facilitaram a constatação da existência desses povos, disponibilizados por pesquisadores e sertanistas da FUNAI, na verdade são parte de uma teia sociocultural na qual está inserido todo um sistema de trocas, sejam elas simbólicas, materiais, econômicas e políticas. Na verdade, constituem uma rede de interações

na qual o território é definido com limites e fronteiras estabelecidos de forma mais flexível, tornando sua compreensão mais complexa. Território é um tema que suscita vários debates presentes em diferentes áreas da ciência. Na geografia tem tido destaque através do geógrafo Rogério Haesbaert, que afirma ser possível agrupar o tema em diferentes vertentes, quais sejam: política, cultural, econômica e natural, sendo que para Haesbaert (2004), a separação ocorre apenas no processo de análise, pois a dinâmica territorial pode conjugar várias dimensões ao mesmo tempo.

As dimensões do território, normalmente discutidas e analisadas, estão ligadas a perspectivas teóricas diferentes: perspectiva materialista- concepções naturalistas, econômicas e jurídico-políticas; perspectiva idealista – concepção simbólico-cultural; perspectiva integradora e perspectiva relacional. As perspectivas teóricas nos permitem analisar a conceituação do termo território e sua ligação com a territorialidade, aspecto fundamental na presente investigação.

Em se tratando de territorialidades indígenas na cidade, a presente investigação não limitará a análise em nenhuma perspectiva teórica específica, mas, sim tentará dialogar com as mesmas, compreendendo que as diferentes concepções teóricas estão presentes em momentos diversos, pois os indígenas que passam a viver na cidade se "integram" e vivenciam, como os demais moradores não índios, a toda uma realidade repleta de situações cotidianas que podem ser analisadas a partir de um suporte teórico que abarca diferentes campos e perspectivas: materialista (concepções naturalista, econômica e jurídico-política) e idealista (concepção simbólico-cultural) que o contexto social urbano abarca.

Os indígenas urbanos podem ao mesmo tempo manter vínculo com suas comunidades de origem, conservando ou não hábitos culturais específicos, e também podem se distanciar de tais vínculos absorvendo grandemente os hábitos da vida urbana. Para Araújo (2006), os índios que vivem em cidades, fazem parte de um fenômeno que resulta, em geral, de processos de expulsão, levando grupos inteiros, ou partes deles, a migrarem, inicialmente, das terras tradicionais para as cidades próximas e deslocando-se posteriormente para cidades maiores ou centros urbanos que se constituem em polos históricos de atração de migração. Nesse sentido, surgem novos territórios e diferentes territorialidades para essas populações que passam a viver no contexto urbano.

É importante ressaltar que dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade pode remeter a profundas ligações com a terra, no sentido físico do termo. Lembrando que territorialidade, então, pode ser explicada a partir da noção de território e de sua base conceitual, de acordo com suas perspectivas teóricas.

Em termos estatísticos, no contexto nacional, ainda que tenha ocorrido na última década algumas situações que merecem análise no que diz respeito as diferenças no quantitativo de população indígena urbana de uma região para outra, a região Nordeste apresentou maior participação em relação aos indígenas que vivem nas áreas urbanas, já a região Norte apesar de apresentar uma maior concentração de população indígena nas áreas rurais (48,6%) segundo dados do IBGE (2010), obteve um crescimento significativo na área urbana, comparando-se os dados das décadas de 1990 aos de 2010, pois, no ano de 1990 do total de indígenas da região, 16,8 % residia na área urbana e na década de 2010 aumentou para 19,5% , mesmo tendo ocorrido um decréscimo no ano de 2000 (12,1%).

Os critérios que foram estabelecidos pelo IBGE (2010) para identificar a população indígena na cidade, basearam-se no aspecto de auto declaração contribuindo assim com o aumento do quantitativo da população indígena nas áreas urbanas. Fato importante que converge com a situação ora apresentada é o processo conhecido como "etnogênese" ou "reterritorialização" como nos aponta Luciano (2006), em que os povos indígenas, por força dos séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro.

Considerando que até bem pouco tempo o próprio campo científico identificava como indígenas apenas aqueles que viviam em seus locais de origem, ou seja, seus territórios tradicionais, falar de territórios e territorialidades indígenas no contexto urbano torna-se bastante desafiador, até mesmo no sentido de defini-los.

No caso da Amazônia brasileira, mais especificamente, no vale do rio Branco, os aldeamentos deram origem aos processos de (des) territorialização e reterritorialização o que inevitavelmente originou diferentes territorialidades. Os movimentos de deslocamentos dos indígenas das áreas tradicionalmente habitadas, na maioria das vezes áreas consideradas rurais, para áreas nas quais foram constituindo-se as cidades ou espaço urbano é algo constante. A situação das terras indígenas no Brasil influenciam, de certo modo, os processos de deslocamento e migração dos indígenas dos seus territórios para as cidades constituídas posteriormente, existindo, é claro, outros fatores que contribuem com o fato, como a opção por diferentes condições de vida em que aspectos tais como: educação, saúde e emprego muitas vezes são determinantes.

É importante considerar que a migração não pode ser vista apenas como formas de atração ou repulsão (visão mais tradicional), pois o desenvolvimento econômico das sociedades, pautados por modos de produção com características diferentes em momentos

históricos diferentes, influenciam nos tipos de deslocamentos populacionais, ou seja, dos sujeitos que vivem e sobrevivem nos diferentes territórios constituídos no espaço geográfico mundial, nacional e local. Sobre este aspecto podemos citar os fenômenos de desenvolvimento urbano-industrial que promoveu a saída das pessoas do campo para as cidades e o processo mais "recente" de administração taylorista-fordista que instaurou um novo modo de produção e de trabalho, consolidando-se através da manufatura e circulação de bens e serviços, elementos fundamentais para a afirmação da sociedade de consumo de massa (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 63).

No caso dos indígenas que saem de suas comunidades para viverem na cidade, muitas elementos motivadores se entrelaçam, pois, mesmo tendo uma condição cultural diferenciada dos demais sujeitos que compõem a sociedade, passam por situações similares no que diz respeito à necessidade de sobrevivência física, abarcando também os aspectos subjetivos inerentes ao ser humano. Nesse contexto, a necessidade de sobrevivência mescla-se com a pluralidade de anseios e desejos que fazem parte do homem enquanto ser social, ainda que tais necessidades sejam construídas e reconstruídas a partir de uma rede de influência própria do modelo socioeconômico no qual estamos inseridos.

Os deslocamentos ou movimentos migratórios dos indígenas, considerando sempre a ideia de que voltam na verdade para lugares que se constituíram enquanto cidades muito depois em relação aos seus territórios originais se enquadram nos deslocamentos espaciais da população como um todo tendo como base o aparecimento de novas atividades na sociedade:

O aparecimento de novas atividades passam a influenciar novos deslocamentos espaciais da população, o que possibilita analisar as mudanças de valor e de ação, traduzidas através de novas formas de percepção, concepção e de representação do fenômeno (do novo). O aparecimento do novo é que permite construir novos modelos explicativos sobre o acontecer social, assim como os seus determinantes (JARDIM, 2011, p.62).

Nesse contexto utilizarei em alguns momentos o termo deslocamento, tendo como base o trabalho realizado pela ODIC, no ano de 2007, em que os próprios indígenas fizeram um levantamento sobre a situação vivenciada por eles na cidade de Boa Vista. O referido trabalho também chama atenção para a utilização do termo migração, não considerando que os indígenas são migrantes conforme afirmação a seguir:

Acreditamos que legítimos migrantes em Roraima são os nordestinos, os maranhenses, os paulistas, os gaúchos e outros povos que vieram de longe. Nossas raízes culturais e históricas estão fincadas entre o Monte Roraima e o Rio Branco. O que acontece foi que a invasão dos territórios indígenas obrigou muitas famílias a

buscar refúgio em Boa Vista, para onde fomos arrastados, seja através da violência ou com ilusões e promessas falsas" (ODIC, SOUZA; REPETTO, 2007 p. 10)

No caso de Roraima, comparando-se ao cenário nacional, foi o Estado que apresentou um índice significativo, caracterizando-o como área de forte absorção migratória (OLIVEIRA;ERVATTI; ONEILL, 2011, p. 32), nos últimos cinco anos do século XX em que alguns espaços territoriais estão se redesenhando em termos migratórios.

Os motivos que levam os indígenas de Roraima a migrarem para a cidade de Boa Vista são inúmeros e não se encerram, embora sejam prevaletentes na investigação, nos aspectos apenas econômicos. Foi possível perceber algumas situações referentes a esses fatores com o questionamento sobre os motivos que levam os indígenas a morarem na cidade. O quadro a seguir detalha melhor a situação:

Figura 11 - Motivos que levam os indígenas a morarem na cidade

Pergunta	Respostas gerais
<ul style="list-style-type: none"> Quais são os principais motivos que levaram você a morar na cidade ? 	<p>"1) ...Quando vim era adolescente e não entendia os motivos, meu pai tinha sempre um discurso de desenvolvimento, mas houve conflito na família e na própria comunidade. Mas se perguntar dos meus pais ele dirá que lá não tinha desenvolvimento, de saúde e educação, mas, para mim não mudou quase nada aqui. O que temos são novos horizontes de refletir sobre os povos indígenas mas, financeiramente não. Nunca negamos nossa identidade indígena. Mas ele dizia que não tem desenvolvimento na comunidade..."</p> <p>2)... "Minha mãe teve que sair do lugar que morava por conflitos com pessoas não indígenas. Minha mãe engravidou de uma pessoa não indígena e ele não quis assumir o filho" ...</p> <p>3) ... "Veio há muitos anos atrás, não tinha nem FUNAI. O pai da minha mãe morreu e ela veio morar com a família Brasil" ...4)... "Em busca de melhorar a vida, procura de emprego e o melhor para os filhos"...5) ... "Quando saímos da Leão de Ouro fomos para a Vila Brasil, tudo em busca de estudo para os filhos. Eu vim porque já estava numa união estável"...6) ... "Melhorar de vida, para ter uma educação melhor. Em busca de emprego"...7)... "Em busca de emprego melhor"...8)... "Vim por intermédio dos meus pais"...9)... "Onde eu morava estava muito difícil e para ir para a escola faltava transporte, aí meu pai queria que eu estudasse"...10) ... "Meu pai não gostava de interior e minha mãe acompanha o que ele determinava"...11)... "Em busca de vida melhor, em busca de emprego".</p>

Elaboração : Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Antes de comentar sobre os diferentes elementos (de análise) presentes nas respostas dos indígenas residentes na cidade de Boa Vista e especificamente no Bairro Raiar do Sol, é necessário resgatar a discussão em relação ao que ocorre no Brasil sobre a vinda dos

indígenas para a cidade. Muitos imaginam e acreditam que os índios que saem de seus locais de origem e passam a residir na cidade, deixam de ser índios. Sobre isso Nunes (2010) afirma que ocorre uma associação entre índios natureza/floresta e não índios a cidade/civilização, sendo a passagem dos indígenas ao ambiente urbano, muitas vezes pensado como um processo de "desagregação cultural", aculturação, tornar-se igual a outro em consequência, perder-se de seu próprio ser. O mesmo autor enfatiza:

Não me refiro, aqui, a um processo físico de deslocamento das aldeias em direção às cidades, até mesmo porque os índios estão nas cidades desde bem antes de sua presença aí começar a ser notada. Me refiro, portanto, a uma operação do pensamento não-indígena, o deslocamento lógico da figura do índio do que se supõe ser seu ambiente de origem (aldeia, mato, floresta) para as cidades (NUNES, 2010, p. 03).

Para ele essa concepção de cultura que abarca uma essência, implica em considerar o "tornar-se outro" em um movimento contra-identitário. Nas respostas coletadas fica evidente que os motivos, que levaram tais indígenas a virem para a cidade de Boa Vista, perpassam desde situações de conflitos familiares não resolvidos e a busca por um novo ambiente no qual possam superá-los, até a situações (mais determinantes) em que a necessidade de "melhorar a vida" com o acesso a educação e emprego é prioridade. Nesse sentido a cidade surge como um espaço que poderá oferecer isso, tendo em vista que as inúmeras transformações ocorridas ao longo dos séculos impuseram uma outra lógica de sobrevivência na qual a produção da roça, da caça e da pesca já não são mais suficientes para a sobrevivência pois, as necessidades se modificaram, sob vários aspectos, no que diz respeito a roupas, energia, hábitos alimentares, estudo etc. O que acreditou-se que com a demarcação das terras indígenas tais necessidades seriam satisfeitas.

Os deslocamentos internos dos indígenas para a cidade de Boa Vista no Estado de Roraima, portanto, inserem-se apesar de suas especificidades nesse contexto mais amplo e Santos (2014) faz uma análise importante sobre a necessidade da auto sustentabilidade nas terras indígenas, considerando o fato como um dos aspectos motivadores de insegurança em relação a garantia da qualidade de vida:

Devido às barreiras enfrentadas para efetivação dos projetos autossustentáveis nas terras indígenas, surgiu a insegurança e falta de expectativa na garantia da qualidade de vida de muitos moradores das comunidades. Provavelmente, com o aumento populacional nas comunidades se fazem necessários projetos mais dinâmicos capazes de impedir o desconforto e a incerteza. Mas a migração é um fenômeno constante antes da retomada das terras indígenas, eles vêm à procura de trabalho na cidade e não se desligam por completo das comunidades (SANTOS, 2014, p. 85).

Naresposta nº 1 (da fig. 11) fica evidente que a família do sujeito entrevistado associa o "desenvolvimento" a existência de saúde e educação, mas, que na visão de quem veio morar na cidade quase nada mudou, especialmente em termos financeiros podendo-se, no entanto, ampliar-se os horizontes em termos de reflexão sobre os povos indígenas. Os entrevistados nº 4, 5, 6,7,9 e 11 associam diretamente a "melhoria de vida" ao acesso a emprego para o sustento e ao estudo dos filhos, ou seja, os fatores preponderantes são emprego e estudo, no entanto pelas limitações da pesquisa, não foi possível aprofundar os aspectos que dariam de conta de ampliar a compreensão sobre um significado mais amplo ao que seria "melhoria de vida" para eles.

Para Nunes (2010), os universos indígenas com os quais nos familiarizamos envolvem-se, cada dia, mais com processos do próprio mundo, como, por exemplo, o consumo, os processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas, o dinheiro, etc. Nunes, baseando-se na lógica econômica, levanta outros elementos passíveis de análise, no que diz respeito aos motivos que levam o índio a vir residir na cidade:

Se evoco este exemplo, o do capital, e não outros – a lista poderia se estender até quase o infinito: conversão religiosa, educação escolar, formação acadêmica/intelectual ou técnica, modos de socialidade, modos de se vestir, modos de comer, modos de pensar... –, é por toda a carga que ele trás, pelo peso que a economia tem em nossa própria forma de organizar e dar sentido à experiência mundana (NUNES, 2010,p.02).

A diversidade de fatores, mencionados pelos entrevistados, que motivam a vinda para a cidade nos mostram que os problemas e necessidades, em grande parte, são os mesmos enfrentados pelos não índios em condições econômicas desprivilegiadas, no entanto, logicamente, que no caso dos indígenas citadinos³, o fator discriminação tende a se ampliar tendo em vista os resquícios, ainda muito presentes, de todo um processo histórico de colonização e a toda uma construção no imaginário popular conforme nos apontou Nunes (2010). Sobre essa situação, é importante frisar que foi detectado por Souza e Repetto (2007), a partir de uma investigação realizada pelos próprios indígenas, em Boa Vista que o preconceito está muito presente e que muitas vezes os índios são considerados como preguiçosos não sendo nem reconhecidos mais como tal, pelo fato de terem escolhido a cidade para morar:

³ Índios que vem morar na cidade.

Essa visão preconceituosa que caracteriza o índio como preguiçoso contradiz a realidade, pois foram nossos parentes que construíram o estado de Roraima, trabalhando como escravos em fazendas, mal remunerados, em trabalhos pesados. Parece até paradoxal que os "brancos" tratem os indígenas de "preguiçosos", quando historicamente foram eles que não quiseram trabalhar e obrigaram os indígenas e os escravos negros trazidos da África a trabalhar forçados em suas fazendas e casas. Quem é o preguiçoso que não quer trabalhar ? Quem é que gosta de trabalhar para os outros de sol a sol na piores condições, de graça, sofrendo e apanhando? (SOUZA e REPETTO, 2007, p.28).

Apesar de situações como essas, presentes no cotidiano do contexto urbano, envolvendo discriminação e imposição de rótulos a partir de um viés comparativo unilateral, os indígenas vão resistindo tentando inserção no que a cidade oferece minimamente em termos de sobrevivência, numa realidade social complexa e excludente que se difere do contexto de suas comunidades de origem nas quais ainda subsiste, de algum modo, o sentimento de identidade com a Terra-mãe, sentimento baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica que representam seus territórios (ALBAGLI, 2004).

A partir de um dos pontos centrais da investigação, ou seja, a territorialidade optou-se por partir da base conceitual de território e alguns sentidos que pode abarcar, levando em conta alguns pressupostos básicos para a uma melhor compreensão e consolidação da noção de território:

Primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro. O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (HAESBAERT ; LIMONAD, 2007, p. 42).

Ainda que a análise em questão tenha como cenário principal uma situação regional e local, ou seja, os territórios e territorialidades urbanas no Bairro Raiar do Sol situado na cidade de Boa Vista, faz-se necessário compreender que nos contextos nacional e mundial vivenciamos um fenômeno complexo e contraditório que é a globalização, que influencia as diferentes escalas geográficas interferindo na mudança do significado do território e, portanto de territorialidade. Segundo os mesmos autores supracitados, é necessário realizar um contraponto entre as práticas sociais pré-existentes e a formas com as quais atualmente o significado de território é apropriado. O conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por

distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio: afetivo, cultural, político e econômico através de uma determinada parcela do espaço geográfico manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados (HAESBAERT ; LIMONAD,2007).

No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. As territorialidades expressam a vivência do território a partir das ações cotidianas das pessoas que ao praticá-las definem e redefinem o espaço, deixando suas impressões físicas (materiais) ou simbólicas (imateriais). Nesse sentido, a presença indígena na cidade de Boa Vista e, mais especificamente, no bairro Raiar do Sol, tem gerado um processo de constituição de territórios (por pessoas ou por organizações indígenas) e, a partir deste território, constituem-se as territorialidades.

3.2 OS INDÍGENAS E A CIDADE: NOVOS TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO.

Um percentual significativo dos indígenas brasileiros deslocam-se para as cidades, originando novos territórios para eles, sejam em bairros centrais ou em bairros periféricos e portanto, em busca de novas formas de vivência e sobrevivência constituindo-se territorialidades.

Relembrando que o termo território não pode ser empregado apenas em um único sentido ou significado, mas que comporta diferentes concreções do espaço geográfico e constitui-se como uma categoria que tanto é resultado do processo histórico, quanto da base material e social das ações humanas (CATAIA, 2008).

Os indígenas concebem o território como elemento fundamental da própria existência. Sendo assim, em cada momento histórico, lutam pela sobrevivência, nem que para isso seja necessário deslocar-se para as cidades onde vivenciarão novas práticas culturais e sociais o que caracteriza processos de reterritorialização. Nesse contexto, pode-se afirmar que o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente à condição humana (HAESBAERT,2012)..

Os processos de ida e vinda dos indígenas de suas terras tradicionais para os grandes centros urbanos ou para cidades menores, e que normalmente estão mais próximas dos locais originais nos quais nasceram, estão relacionados a diversos fatores que vão desde a própria

atração que a cidade ocasiona pela enorme diversidade em termos de oferta de serviços e especialmente, em vários casos pela perda de parte do espaço original ou até mesmo pela demora nos processos de demarcação e homologação de suas terras.

Tal situação ocorre em todo o país em meio a grandes dificuldades encontradas no contexto urbano, tendo em vista que a maior parte das políticas indígenas existentes foram traçadas para os índios que vivem nas terras tradicionalmente ocupadas, ou seja, mesmo apesar dos avanços que ocorreram em termos da legislação que assegura os direitos dos povos indígenas, muito ainda deve ser feito para garantir a vivência e sobrevivência dos índios que se deslocam para as cidades.

O norte é a região com maior população indígena do país, sendo contabilizado no último censo do IBGE (2010) um quantitativo de 305.873 habitantes. Os deslocamentos dessas populações das terras tradicionalmente ocupadas para o espaço urbano ganham destaque nos estados do Amazonas e Roraima em que duas capitais Manaus e Boa Vista são cidades que receberam grandes contingentes de população indígena, mas ainda procurando manter traços de suas identidades culturais (ARAÚJO, 2006).

As cidades brasileiras de um modo geral tiveram uma perda de população indígena entre os anos de 2000 a 2010, no entanto a Região Norte aparece na contramão desse fenômeno:

Na variação absoluta observada de 2000 para 2010, segundo a situação do domicílio, revela que nas áreas urbanas houve perda populacional de indígenas no Brasil como um todo, sendo a Região Norte a única, praticamente, que revelou crescimento positivo. Nas áreas rurais, o Brasil cresceu em 151,9 mil indígenas, correspondendo a 43,3%. Dentre as Grandes Regiões, a Norte foi, também, a que apresentou maior crescimento, 77 mil indígenas, ou 46,2%, enquanto a Sudeste perdeu quase 2 mil indígenas no período 2000/2010 (IBGE, 2012, p. 8).

A cidade de Boa Vista apresenta população indígena em 52 bairros dos 54 existentes, de acordo com os dados do censo do IBGE (2010), a partir da utilização do critério de autodeclaração. Apenas os bairros: Olímpico e Governador Aquilino Mota Duarte não apresentam indígenas autodeclarados. Sendo que o bairro Raiar do Sol é o que apresenta o maior quantitativo (287 habitantes) e o bairro 5 de outubro com o menor quantitativo (4 habitantes). O quadro abaixo (Fig.12) nos possibilita visualizar:

Figura 12 - Quantitativo de indígenas por bairro (Boa Vista)

Variável = Pessoas de 5 anos ou mais de idade (Pessoas); Cor ou raça= indígena; Ano: 2010	
Bairro	Qtd
Centro	67
Calunga	38
São Vicente	172
Mecejana	79
São Francisco	30
Trinta e um de Março	21
Aparecida	45
Canarinho	15
São Pedro	24
Treze de Setembro	144
Pricumã	65
Liberdade	149
Jardim Floresta	95
Aeroporto	159
Dos Estados	162
Paraviana	72
Caçari	18
Buritis	122
Asa Branca	90
Cambará	107
Tancredo Neves	88
Caimbé	95
Caraná**segunda maior população indígena em BV	260
Centenário	159
Governador Aquilino Mota Duarte	-
Operário	96
Jardim Tropical	42
Nova Canaã	62
Jardim Equatorial	83
Cauamé*** terceira maior população indígena em BV	242
Alvorada	138
Professora Araceli Souto Maior	216
Bela Vista	134
Cinturão Verde	63
Dr. Silvio Leite	129
Jardim Primavera	115
Jóquei Clube	83
Nova Cidade	210
Pintolândia	85
Dr. Silvio Botelho	96
Santa Luzia	48
Senador Hélio Campos	132
Piscicultura	17
Raiar do Sol* maior população indígena em BV.	287
Santa Tereza	71

União	132
Jardim Caranã	113
Cidade Satélite	132
Olímpico	-
Doutor Airton Rocha	5
Laura Moreira	100
Murilo Teixeira Cidade	10
5 de Outubro	4
São Bento **segunda maior população indígena em BV	260

Fonte: IBGE/2010- Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante.

Os deslocamentos dos indígenas de suas comunidades para os bairros da cidade de Boa Vista, ocorrem há décadas e são motivados, na maioria das vezes por fatores relacionados a busca por educação, atendimento de saúde e pela própria atração que a cidade ocasiona devido a presença de oferta de serviços e atividades específicas que as comunidades de origem não possuem.

No ano de 2012, um projeto, intitulado: Nova Cartografia Social da Amazônia: Indígenas da cidade de Boa Vista Roraima - Moradores da Maloca Grande, coordenado pelo professor doutor Alfredo Wagner Berno de Almeida e tendo a participação da ODIC⁴, realizou um levantamento sobre situações de violação dos direitos dos indígenas cidadãos, o que nos leva a reconhecer que várias pessoas procuram a cidade em busca de condições diferenciadas para sobreviver e viver, no entanto se deparam com inúmeras dificuldades e violação de direitos.

3.3 O BAIRRO RAIAR DO SOL E A PRESENÇA DOS INDÍGENAS

Sobre a presença dos indígenas na cidade de Boa Vista, é importante frisar que diversas etnias compõem o cenário urbano, distribuídas nos mais diversos bairros e a partir de informações do último censo do IBGE (2010),destacam-se duas etnias em maior quantidade: macuxi⁵ e wapixana⁶, no entanto outras etnias também se fazem presentes nos diferentes

⁴SOUZA, 2012. A Organização dos índios da cidade - ODIC, surgiu no ano de 2005 a partir de um movimento de jovens que começaram a se reunir no ano de 2004 e que almejavam entrar no ensino superior.

⁵ SANTOS, 2014,p. 45. Os Macuxi são considerados, entre os grupos da família Karib, os mais numerosos. Eles habitam, em sua maioria, na região das serras, entre as cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território atualmente partilhado entre Brasil e a Guiana, porém também encontram-se em outras localidades nas regiões mais planas

⁶ SANTOS, 2014,p. Os Wapixana são considerados o segundo maior grupo étnico de Roraima e estão organizados em seus territórios constituídos pelos processos demarcatórios e homologados.

bairros, havendo o registro da presença dos Macuxi e Wapixana em quase todos os bairros da cidade (ODIC, 2012, p. 8).

O Raiar do Sol apresenta o maior contingente populacional indígena da cidade de Boa Vista com 287 habitantes, residindo em diferentes pontos do referido bairro, de acordo com dados do censo do IBGE/2010, a partir do critério de autodeclaração⁷. Fato bastante curioso é que, pela proximidade dos bairros, e não havendo uma separação visual entre os mesmos, alguns dos indígenas selecionados, a partir da rede de contatos estabelecida para entrevistas, apesar de residirem em outro bairro, quando perguntei onde moravam disseram que era no Bairro Raiar do Sol, o que posteriormente, foi possível constatar, a partir da visita *in loco*, que eram residências situadas nas adjacências do Raiar do Sol.

Ainda sobre este aspecto a maioria dos entrevistados, alega que a escolha do local para viver, se deve ao fato de que os terrenos eram os mais baratos da cidade. A lógica econômica nesse caso se sobrepõe ao aspecto de livre escolha do bairro que irão morar, ao chegarem na cidade de Boa Vista:

Figura13: Motivos que levaram os indígenas a morarem no Raiar do Sol

Pergunta	Respostas gerais (condições financeiras)
<ul style="list-style-type: none"> Quais são os principais motivos que levaram você a morar no Bairro Raiar do Sol ? 	<ul style="list-style-type: none"> Porque estava em construção na época e tinha muitos terrenos baratos para comprar; Por causa do preço do terreno na época, 200 reais; Estávamos procurando casa para morar e aqui no bairro achamos do tanto que podíamos pagar; Na época tínhamos poucas economias e compramos a casa aqui pois era mais barato; Porque os avós já moravam aqui; Por causa do terreno, pois quando começaram a separar os meus pais pegaram um terreno; Minha mãe ganhou uma casinha num conjunto aqui "

Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Concomitantemente ao aspecto relacionado às condições financeiras para residir no referido bairro, alguns respondentes justificaram a sua permanência no local devido a presença de algum parente que já residia antes de sua chegada:

A) *Porque os avós já moravam aqui;*

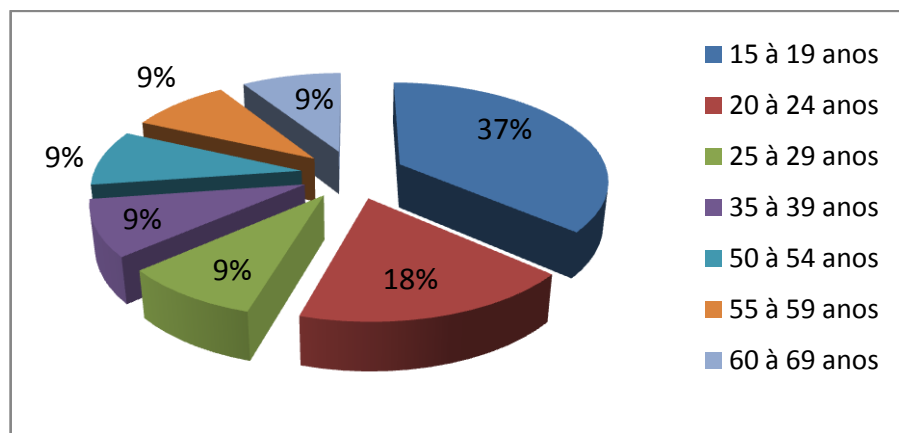
B) *Por era melhor, era tranquilo. Mas, hoje não é mais assim;*

C) *“Vim para o bairro, pois minha irmã mais velha já morava aqui.”*

⁷ A autodeclaração é um modelo de levantamento das populações indígenas que não é bem visto pelos próprios indígenas e uma das reivindicações pelos indígenas da ODIC, é que se modifique esse critério, tendo em vista a limitação do mesmo, por conta de todo um processo histórico de exclusão que contribui para que o próprio indígena negue sua identidade.

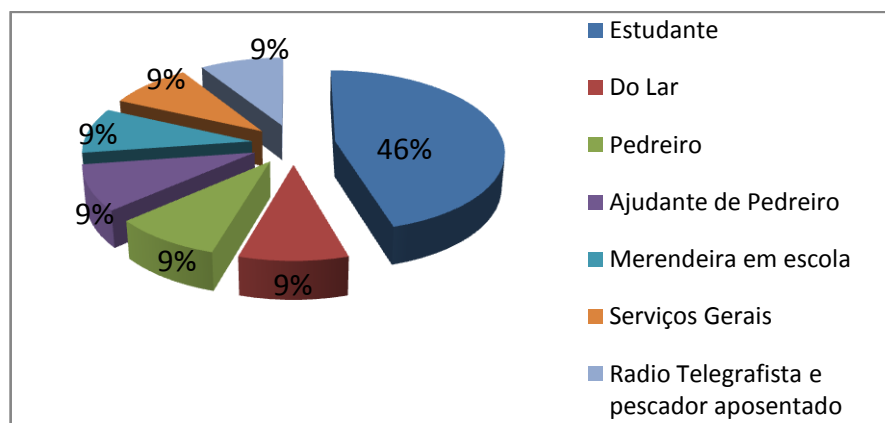
Apenas um dos respondentes associou a escolha do bairro para residir devido a presença de uma Organização indígena: a Kuaikrĩ⁸, situada no bairro Raiar do Sol, que atende a algumas demandas dos índios que vivem na cidade de Boa Vista. Quanto ao perfil dos entrevistados no que diz respeito a faixa etária e profissão, vale lembrar que foi estabelecida uma rede de contatos a partir de alguns critérios, e dentre eles e a Escola Estadual Wanda David Aguiar foi o ponto de partida, através de contatos com alunos que estudam no período noturno:

Figura 14 - Faixa etária dos entrevistados



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Figura 15 - Profissão dos entrevistados



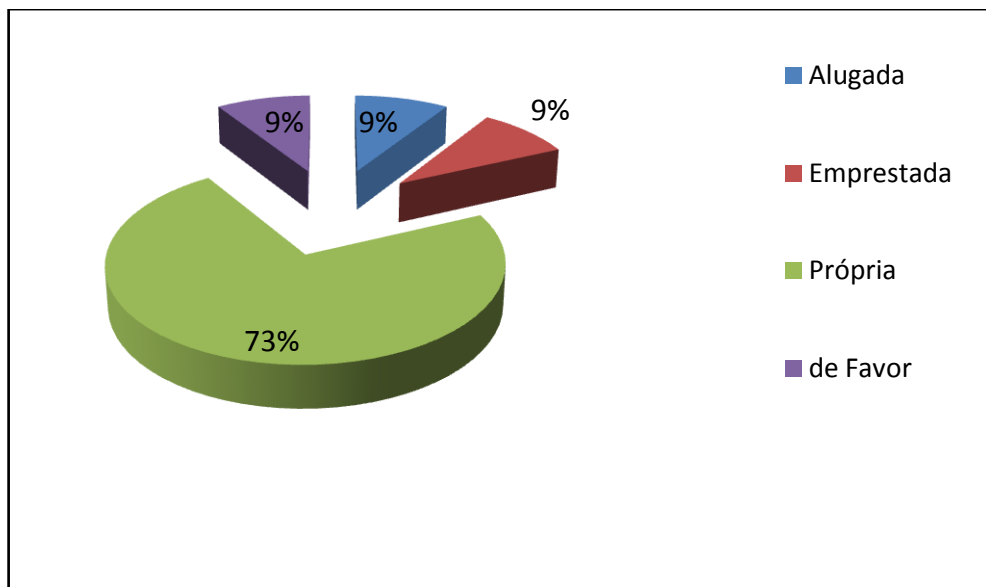
Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

⁸ ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO ESTADUAL INDÍGENA KUAIKRÍ DE RORAIMA - AEIKRR. ART. 1º. A associação Estadual Indígena Kuakrĩ de Roraima - AEIKRR, criada com prazo indeterminado de duração, com sede e fórum na cidade de Boa Vista-RR, na rua Universo, nº 2059, Bairro Raiar do Sol, com ação em todas as áreas indígenas e dentro da capital em determinadas zonas do território nacional, tendo por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados, das etnias em geral.

O maior percentual dos entrevistados foi de jovens entre 15 a 19 anos, considerando o critério utilizado pelo IBGE para levantamentos no que diz respeito ao item faixa etária. A idade da maioria dos respondentes influenciou no item: profissão, no qual 46% declararam-se como estudantes e a maioria cursando o Ensino Médio na escola Estadual do bairro e apenas uma estudante cursando licenciatura intercultural no Núcleo Insikiran da UFRR.

Destaca-se que parte dos estudantes entrevistados, apesar de realizarem alguns serviços, são mantidos pelos pais ou por irmãos mais velhos que trabalham aqui na cidade de Boa Vista ou que ainda vivem nas comunidades de origem. Como o caso de uma das entrevistadas que disse morar com seu irmão mais velho informando que o pai é ex-tuxaua de uma comunidade e que envia o dinheiro todos os meses para que eles possam pagar o aluguel da residência na qual moram.

Figura 16 - Situação da moradia dos indígenas no Bairro Raiar do Sol e adjacências.



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Sobre a situação das residências dos entrevistados foi possível constatar que a maioria reside em casas próprias o que, através das respostas, ficou claro ter relação com a existência de uma antiga invasão que existiu anos atrás no bairro, de acordo com informações dos próprios moradores, e que posteriormente foi regularizada. Sobre tal fato foi possível constatar a partir dos relatos feitos por Souza, Alencar e Veras (2011), que a ocupação do espaço urbano do Raiar do Sol, data de 1994 e a legalização foi iniciada junto a Prefeitura Municipal de Boa Vista em junho de 1995, a partir de ação movida pela Associação dos Moradores do bairro.

A maior parte dos entrevistados informou que tiveram seus lotes praticamente doados ou comprados por um valor considerado irrisório como fica evidente na falade um entrevistado, ao se referir sobre a escolha do bairro: "*Por causa do preço do terreno na época, 200 reais*". Percebe-se que a condição econômica determina, na maioria das vezes, a presença dos indígenas que vem para Boa Vista no que diz respeito a definição do bairro no qual irão residir. No levantamento do IBGE, sobre o quantitativo de indígenas por bairro, fica evidente que os que possuem maior população indígena são os que estão situados na zona oeste da cidade. Não esquecendo, porém, que existem bairros centrais tais como: 13 de setembro e São Vicente que tradicionalmente possuem quantidades ainda significativas de indígenas a partir do processo histórico de constituição da cidade de Boa Vista, mas, que nas últimas décadas se igualam ou até perdem em quantitativo para outros bairros mais novos que surgiram na zona oeste da cidade, tais como os bairros: São Bento e Nova Cidade, dentre outros.

A maior parte das casas onde vivem os entrevistados é de alvenaria sem acabamento, com reboco de cimento, telha de amianto e possuem cercas de madeira, assim como grande parte das residências no bairro com um todo, especialmente nas ruas mais internas.

Figura 17 - Residência de um dos entrevistados



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Observou-se que, normalmente, as casas possuem terrenos grandes e são bem arborizadas. Os moradores demonstraram utilizar bastante a parte externa da residência, ou seja, os quintais. A maior parte das entrevistas feitas nas residências foram realizadas embaixo

de árvores onde já havia bancos de madeiras para sentar. Em todas as residências visitadas, havia animais domésticos: cachorros e gatos. Um dos entrevistados, da etnia Wapichana, disse ter chegado no bairro antes mesmo de ser bairro, afirmou que era apenas um lavrado e que permanece ali até hoje, mas, que o bairro com cara de cidade foi que chegou até ele e que a partir daí muita coisa mudou, pois surgiram comércios e mais moradores, chegando também os assaltos que antes não existiam.

Figura 18 –Foto do final da rua Eclipse – Forte presença de residências com cercas de madeira.

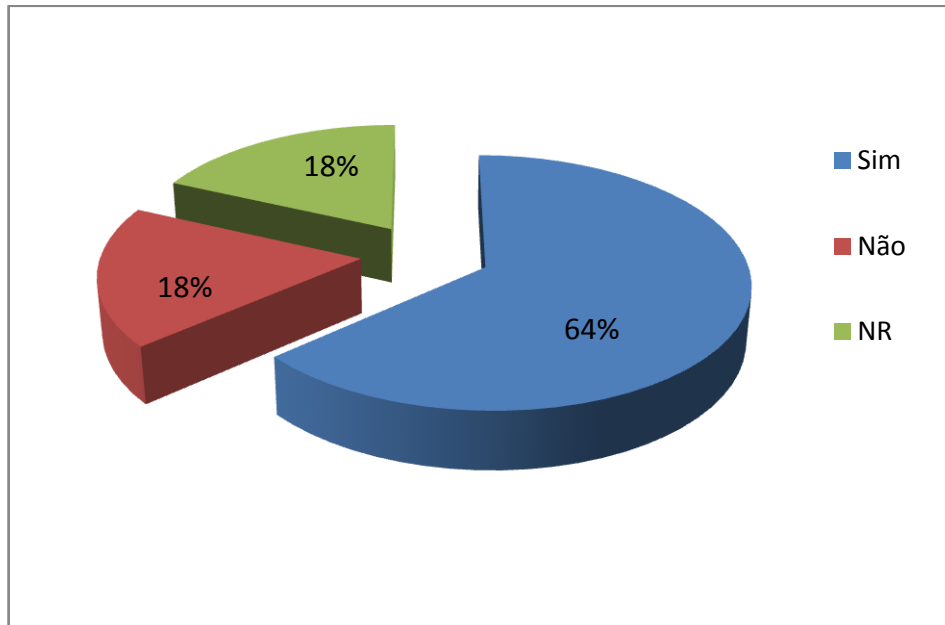


Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Sobre a renda familiar, mais da metade dos residentes indígenas entrevistados, quando questionados, informaram que recebem juntos aproximadamente de 2 a 3 salários mínimos. A vinda deles para a cidade teve como um dos principais fatores a busca por emprego (trabalho) e renda, o que não significa que as condições que encontraram são melhores. O questionamento que versou sobre a situação de trabalho: "*Está trabalhando?*", constatou que a maioria considera que no momento a profissão é de estudante, mas, que em outros horários trabalham, fazendo alguns "bicos" para ajudar no sustento da casa e além de contarem primordialmente com a renda da família mesmo que esta, não esteja presente na residência, ou seja, a renda informada refere-se a renda de toda a família estando ou não presente na cidade.

Sobre o questionamento: "Está trabalhando", um terço dos entrevistados optaram por não responder, conforme nos mostra o gráfico abaixo:

Figura 19 - Situação de trabalho: "Está trabalhando ?"



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante

Mais da metade encontra-se trabalhando, ainda que o maior percentual dos entrevistados seja de estudantes que cursam o ensino médio e não tenham emprego formal. Para Staevie (2011) muitos indígenas que migram para Boa Vista buscam melhora nas condições sociais mas, acabam se submetendo a subempregos em atividades informais, como ambulantes e empregados domésticos não registrados. Destaca ainda, referindo-se a população indígena, que:

Na capital roraimense, essa população conta com serviços de apoio por parte da Diocese, de organizações não governamentais e do Conselho Indígena de Roraima. Entretanto, as ações pontuais não chegam a representar mudanças estruturais em sua condição de vida. O movimento de mulheres indígenas, assim como outros movimentos, organiza-se em atividades econômicas cooperativas, conferindo um caráter solidário a essas atividades produtivas e apresentando-se como uma resistência ao problema do desemprego formal observado nessa camada da população. Grupos de mulheres reunidas em torno de um mesmo objetivo exercem distintas atividades, como artesanato, produção de sabão e confecção de roupas íntimas e bichos de pelúcia. Os grupos surgiram entre mulheres (indígenas e não indígenas) residentes na periferia de Boa Vista, nos bairros mais precários do ponto de vista social e de infraestrutura urbana (STAEVIE, 2011,p.16).

Percebe-se que a cidade apresenta de forma limitada a possibilidade de emprego formal aos que saem de seus territórios (desterritorialização) e são reterritorializados sob uma

ótica excludente. Sobre essa "exclusão" Haesbert (2004), analisa que existem formas de precarização social, embora não se possa falar de desterritorialização no sentido absoluto:

Se não há exclusão social, como defendem muitos autores, pois ninguém está completamente destituído de vínculos sociais, e se também não há exclusão territorial ou desterritorialização em sentido absoluto, pois ninguém pode subsistir sem território, existem, entretanto, formas crescentes de precarização social que implicam muitas vezes processos de segregação, de separação/"apartheid" – ou, como preferimos, de reclusão territorial, uma reclusão que, como todo processo de des-territorialização (sempre dialetizada), dentro da lógica capitalista dominante, envolve, muito mais do que o controle territorial e a comodidade social de uma minoria, a falta de controle e a precarização sócio-espacial da maioria (HAESBAERT, 2004, p.2).

Corroborando com essa ideia de precarização social apontada pelo autor, evidenciou-se nas entrevistas que na opinião dos residentes existem sim aspectos negativos ao se morar na cidade. Os entrevistados citaram dentre outros os seguintes fatores:

Figura 20 - Motivos negativos de se morar na cidade

<ul style="list-style-type: none"> Motivos negativos de se morar na cidade: 	<ul style="list-style-type: none"> A ida e vinda para a cidade é difícil; violência acontece em todos os lugares temos que tomar cuidado; já fui roubada; Trânsito, locais que somos obrigados a freqüentar e por conta de ter muita droga; O ruimé que pouco apoio tem para os índios na cidade; Não sei. Gosto de tudo; O ruim mesmo é o transporte; Bandidagem e calor e quentura demais; Quando não se está preparado fica difícil e a criminalidade; Energia e água tem que pagar e no interior não. Perigoso devido a assaltos e furtos. Já fui assaltada. É a dureza de sustentar a família; É difícil por que a gente as vezes não tem dinheiro para pagar o aluguel e outras coisas; Acidentes de trânsito e furtos; Violência, roubo, assalto e etc.
--	---

Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante

Observa-se que a violência de um modo geral tanto relacionada a criminalidade quanto ao próprio trânsito são fatores preponderantes nas respostas. Além disso, os entrevistados mencionam também o sustento da família, a falta de recursos e a falta de apoio aos índios. Sobre o trânsito, ficou evidenciado a partir de observações feitas nos dias em que foram coletadas as entrevistas, que no próprio bairro investigado, o tráfego de veículo automotores é intenso, havendo pouca sinalização ou espaços apropriados para o trânsito de bicicletas e pedestres. A partir de depoimentos de indígenas, levantados por Repetto e Souza (2007, p.19), constatou-se que no Bairro Raiar do Sol "...o pedestre encontra uma dificuldade porque

existem poucos lugares com sinalização de trânsito, clara e bem localizada...". E sobre a cidade de um modo geral, na mesma investigação foi mencionado que: *"... além disso, os taxis lotação andam em alta velocidade. A falta de atenção e imprudência de alguns motoristas acabam causado acidentes, que às vezes provocam a morte das pessoas..."* , o que converge com as respostas de alguns dos respondentes da presente investigação.

A falta de apoio mencionada, embora apenas por um entrevistado, merece atenção, pois está relacionada com o questionamento acerca das políticas indígenas que eles conheciam. Vale destacar que a pergunta foi direcionada para políticas públicas voltadas para os índios que vivem na cidade. As respostas foram diversificadas e revelaram o desconhecimento sobre assunto, conforme detalha o quadro abaixo:

Figura 21 - Quais políticas indígenas conhece

<ul style="list-style-type: none"> • Quais políticas indígenas você conhece ? 	<ul style="list-style-type: none"> • Já vi da prefeitura, eles mostram na TV; • Educação e Saúde; • Um comitê formado de diferentes especializados na Kuakri; • Cota na Universidade para indígena; • Não conheço. • Não temos políticas reais que ajudam os índios; • Não conheço. • Não conheço. • O ensino superior- o Insikiran. • Na casa do índio em termos de saúde. • Já ouvi falar da Teresa Surita mas, não sei dizer exatamente.
--	--

Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Percebe-se que apesar de terem ouvido falar sobre algo relacionado com o tema, se referem ao mesmo, como se fosse algo distante e em alguns casos apenas "propaganda de televisão". Fato relevante também é que mesmo uma boa parte dos entrevistados sendo alunos do período noturno na escola estadual do bairro, apenas uma resposta citou o INSIKIRAN⁹, por uma aluna matriculada no próprio Instituto. Os demais, mesmo tendo revelado em

⁹ INSIKIRAN- INSTITUTO DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA Criado em 2001 pela Resolução nº 015/2001-Cuni, como Núcleo Insikiran, posteriormente transformado em Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, pela Resolução nº 009/2009-CUni-UFRR, o Instituto é caracterizado como um espaço interinstitucional de diálogo com as organizações e comunidade indígenas de Roraima, contanto com a participação de instituições governamentais e não governamentais nas discussões e decisões administrativas e políticas como: Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIRR, Conselho Indígena de Roraima-CIR, Associação dos Povos Indígenas de Roraima-APIRR, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima-OMIR, Fundação Nacional do Índio-FUNAI e Divisão de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação de Roraima.

conversa informal que querem fazer ensino superior¹⁰ para ajudar a comunidade de origem, como o caso de uma aluna do 3º ano que disse querer fazer direito, não destacaram o ensino superior específico para os indígenas que é ofertado pela UFRR.

Nesse contexto, é importante destacar que a maioria dos entrevistados (50%) está cursando o ensino médio e possui faixa etária entre 18 e 24 anos, sendo a maioria de mulheres. Do total de entrevistados 75% possui estado civil solteiro e decidiram vir para a cidade em busca de educação e emprego. Sobre a origem e etnia os indígenas entrevistados no Bairro Raiar do Sol e adjacências são das etnias Macuxi e Wapichana em número igual, ou seja, um percentual de 50% para cada etnia, sendo provenientes de diferentes comunidades situadas em diferentes regiões do Estado de Roraima, dentre as quais podemos citar:

Pedra preta - Uiramutã;

Macaíba região do Alto Alegre perto do Truarú;

Jacamim Bonfim; Água fria - Uiramutã;

Leão de Ouro - Amajari;

Malacacheta- primeira sede de BV;

Água Fria- Uiramutã;

Lago grande- região do surumú- são marcos;

Caraparú III-Raposa Serra do Sol;

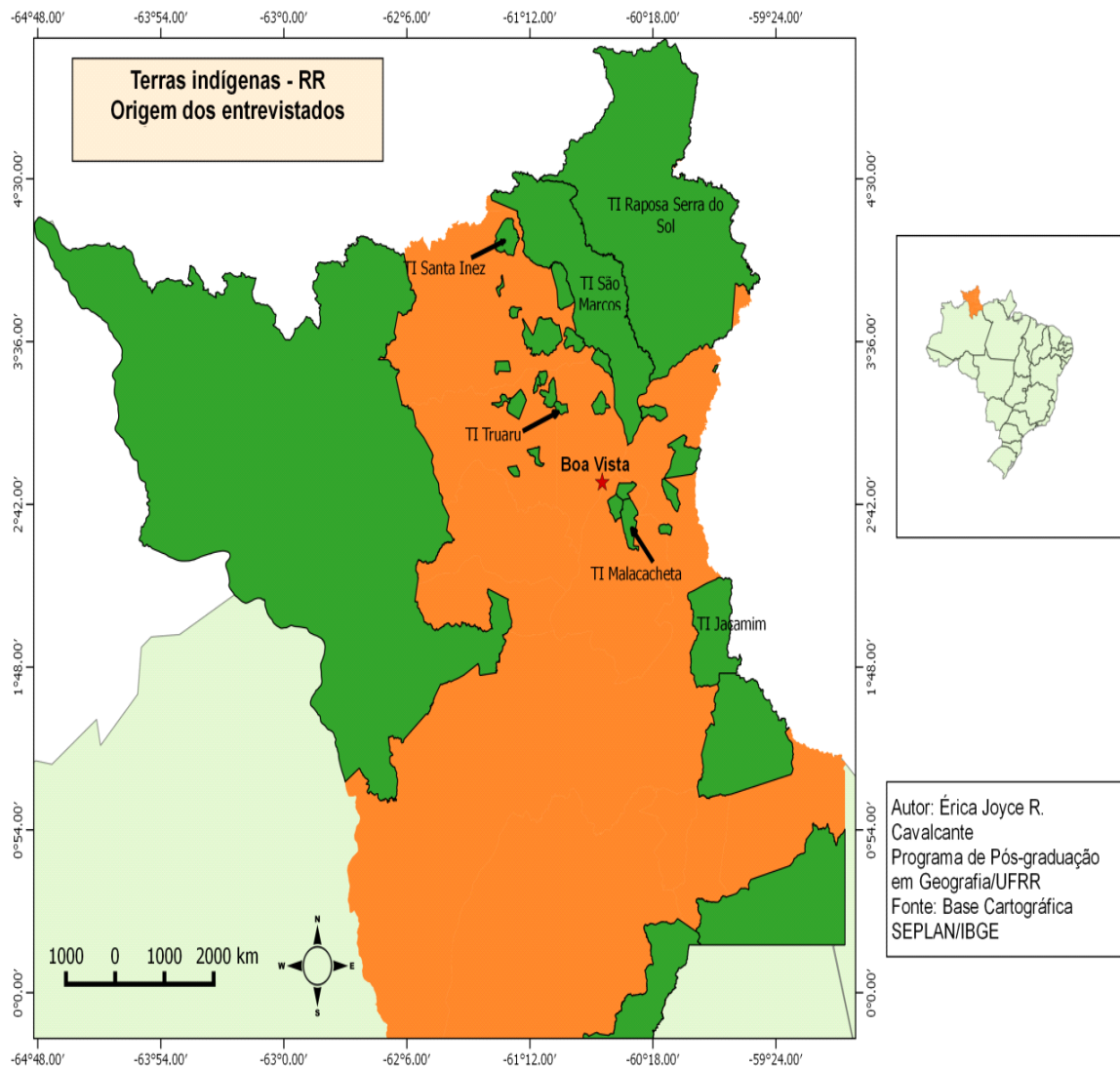
Colônia Braz de aguiar - na época Cantá;

Xumina - Normandia.

As comunidades citadas situam-se em terras indígenas tais como: Malacheta, Santa Inês, Raposa Serra do Sol, São Marcos, Jacamin e Truarú. Para melhor visualização, o mapa (Fig. 22) explicita a localização das referidas regiões:

¹⁰LUCIANO, 2006, p.162. A ampliação da oferta do Ensino Fundamental e do acesso ao Ensino Médio resultou no crescimento da demanda pelo Ensino Superior. Estima-se atualmente mais de 2.000 estudantes indígenas nas universidades brasileiras (FUNAI, 2004). Isto representa 50% dos estudantes indígenas do Ensino Médio e menos de 1,5% dos que ingressam anualmente no Ensino Fundamental. A ampliação do acesso ao Ensino Superior teve início ainda na década de 1990, a partir das propostas de políticas de ações afirmativas adotadas pelos governos, pelas instituições de ensino e pelas iniciativas privadas.

Figura 22 :Terras indígenas onde estão situadas as comunidades de origem.



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

A maioria das comunidades de origem dos entrevistados estão situadas na Terra indígena Raposa Serra do Sol, homologada em 2005. Tal fato nos leva a refletir que os indígenas que vem para a cidade são provenientes tanto de terras indígenas demarcadas/homologadas de forma contínua como também de descontínuas e que as demandas que os trazem para o contexto urbano são semelhantes.

Sobre a situação em relação ao Registro de Nascimento indígena, a maioria dos entrevistados respondeu que não possui RANI. Os motivos identificados em relação a não possuírem o RANI estão relacionados as dificuldades que encontram ao tentarem tirar o documento, conforme alguns motivos que foram explicitados nas respostas que se referem ao questionamento: "*Você tem Rani ? Por qual motivo ?*"

Não, por que tem que ter a assinatura dos tuxauas. Mas vou tentar através do meu irmão;
Não, ainda não dei entrada por que nunca peguei a segunda via do registro de nascimento normal";
Não. Já tentei tirar mas, não consegui. Tentaram que eu justificasse a minha saída da comunidade e ai ficou difícil";
Não. Nunca consegui provar. Mas vou lutar pelos meus direitos;
Não. Perdi quando estava trabalhando numa firma aqui perto;
Não. Cresci numa família que nunca gostou e sou contra índios ou negros terem qualquer tipo de vantagem;

Fica evidenciado que uma boa parte dos indígenas considera difícil adquirir o registro de nascimento indígena e através de uma das respostas, percebe-se, que um dos entrevistados não quer ser identificado como indígena alegando que é contrário (a) a qualquer "vantagem", associando o referido registro a possibilidade de se adquirir algum benefício que ele mesmo não concorda. No caso dos que disseram possuir o RANI é notório o reconhecimento dos laços identitários indígenas, ou seja, a afirmação de ser índio: *"Sim, tirei quando morávamos na comunidade para reconhecimento da etnia (meu pai disse)" ; "Sim. Por que nasci na maloca"; " Sim. Para auto-identificação" ; "Sim, pois meu pai trabalhava sobre a água na FUNAI e minha mãe é agente de saúde" ;"Sim, estavam tirando na associação indígena ai eu tirei".* Confirma-se que os diversos indígenas que vivem no bairro Raiar do Sol estão envoltos em diferentes sentidos no processo de construção das territorialidades na cidade.

Mesmo o RANI¹¹ sendo um documento fundamental para consolidar o acesso a alguns direitos que já estão assegurados em lei, ficou evidente que as dificuldades encontradas pelos indígenas em obtê-lo, acabam fazendo com que alguns desistam de consegui-lo, ainda que os representantes das três organizações indígenas, entrevistados, tenham informado que uma de suas ações é ajudar ou facilitar a retirada do referido documento para os indígenas que vem para a cidade.

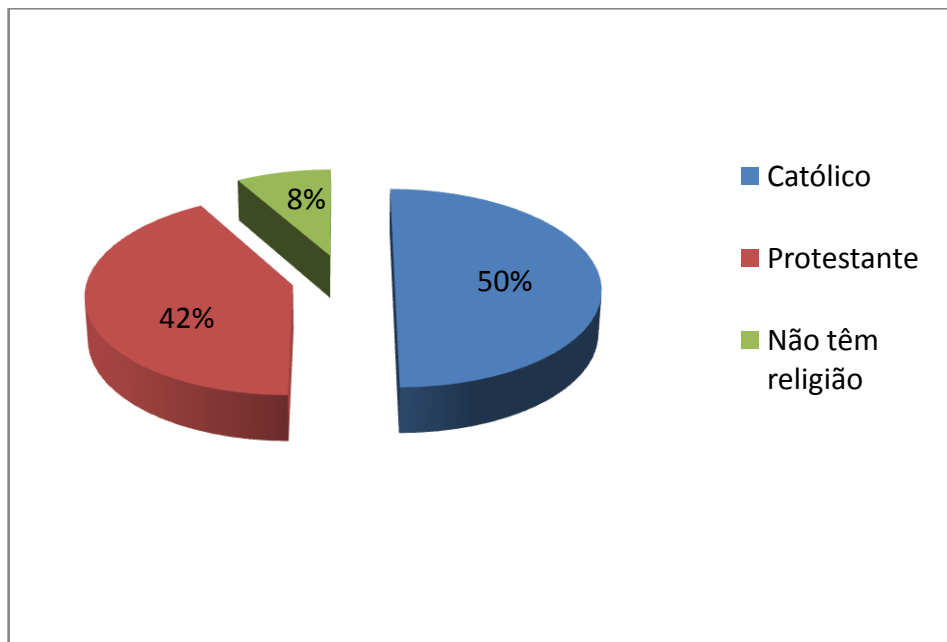
¹¹SITE OFICIAL DA FUNAI.O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973: "O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova." Em outras palavras, o RANI pode servir como documento para solicitar o registro civil. O registro do RANI é realizado em livros próprios por funcionários da FUNAI, e para cada registro é emitido o documento correspondente, devidamente autenticado e assinado. RANI é um documento administrativo e não substitui a certidão de nascimento.

4. TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO BAIRRO RAIAR DO SOL

4.1 ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS

Reconhecendo as territorialidades como ações cotidianas, construção de processos de vivência e sobrevivência social e cultural, foi investigado ainda que de forma superficial, sobre a crença e religiosidade dos indígenas residentes no Bairro Raiar do Sol, que em sua grande maioria, identificaram-se como pertencentes a alguma religião, conforme nos mostra o gráfico abaixo:

Figura 23 - Possui alguma religião ?



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

A maior parte dos entrevistados respondeu pertencer a religião católica e um percentual pouco menor dos respondentes informou ser protestante. Ainda surgiu a resposta: "não tem religião". Sobre este item é importante relembrar, sem a intenção de aprofundar, que os indígenas do vale do rio Branco, desde a colonização, sempre tiveram contato direto com os preceitos religiosos católicos através da catequização e atuação das ordens religiosas portuguesas. Em todo o território nacional as ações missionárias foram determinantes no sentido de influenciar e modificar diversas práticas, tanto no Brasil colônia quanto no Brasil Império. Também é correto afirmar que a intervenção das missões religiosas católicas influenciou decisivamente o cotidiano dos povos indígenas do Brasil no século XX, sendo que

houve diferença no tipo de abordagem em relação ao início e ao final do século, envolvendo também as missões protestantes:

No início do século era forte a pressão aculturativa - os índios deviam deixar suas malocas coletivas, suas crenças e toda a herança cultural para se submeterem a pedagogia missionária. Ao contrário, no final do século todo o esforço missionário seria dirigido para a defesa da cultura e dos direitos indígenas. Em contraponto, ao longo do século, as missões protestantes manteriam uma política aculturativa, voltada para a difusão do texto bíblico entre os índios (OLIVEIRA-e; FREIRE, 2006, p. 148).

Tais reflexões, contribuem com a compreensão em relação a existência de tantos indígenas que seguem os preceitos religiosos católicos ou protestantes. A própria história dos índios no estado de Roraima está completamente entrelaçada com a ação e atuação de ordens e missões religiosas como bem aborda Vieira (2014), destacando-se as missões católicas que influenciaram a educação e a organização das lutas em prol dos direitos indígenas, especialmente no século XX com a realização de assembleias para discutir os problemas existentes. Mongiano (2011), narra importantes fatos ocorridos e que demonstram o entrelaçamento entre indígenas e igreja católica e a construção de um projeto educacional inicialmente com preceitos religiosos:

Os beneditinos tinham criado nesse lugar um centro para educação dos jovens. Inicialmente não era muito desenvolvido, mas depois nossos padres entenderam que o centro estava situado numa posição estratégica, encontrando-se na estrada para a Venezuela, e assim pensaram em utilizá-lo ampliando-o como escola e colégio para moços e moças indígenas...as irmãs dirigiam o colégio para moças e fundaram o hospital São Camilo que, semanalmente, recebia a visita de um médico de Boa Vista. Próxima ao Colégio estava a fazenda que proporcionava o sustento tanto do Colégio quanto do Hospital (MONGIANO, 2011,p.33).

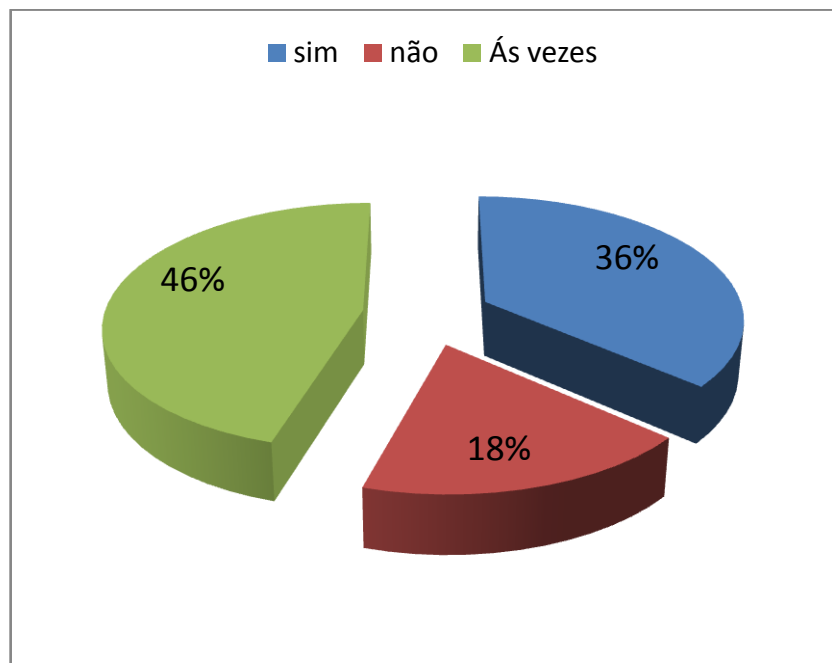
Evidencia-se que a religião vivenciada por parte dos indígenas entrevistados no Bairro Raiar do Sol tem relação direta com o processo histórico ao longo dos séculos, o que não significa que não ocorra uma mesclagem entre o modelo religioso imposto/aceito e os rituais de crença e fé próprios dos índios, sobretudo quando retornam as comunidades de origem. A diversidade cultural dos indígenas está assegurada na CF. 88 através do Artigo 231¹² ainda que muitos indígenas não tenham conhecimento conforme relato de entrevistas feitas, por Repetto e Souza (2007),e que revelaram que embora muitos neguem, por exemplo, a utilização de rezadores, reconhecem que as medicinas tradicionais indígenas têm melhor

¹²CF 88. Artigo 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

efeito sobre algumas doenças. A utilização de vários hábitos e rituais continuam sendo praticados, em alguns momentos pelos indígenas urbanos, quando voltam as suas comunidades de origem ou em momentos mais isolados quando a família que ficou na comunidade vem até a cidade visitá-los, conforme, uma das entrevistadas informou, em conversa informal : " *costumamos passar pimenta nos olhos para espantar a preguiça e enxergar melhor o mundo*", se referindo a orientação dos pais em um dado momento, ao virem na cidade visitá-la.

Evidencia-se que algumas práticas comuns ao local de origem ocorrem também no contexto urbano. Nesse processo existem diferentes situações em relação aos indígenas que vem para a cidade em relação a continuarem mantendo ou não vínculo com sua comunidade de origem e sobre a garantia do seu espaço social e identitário no que diz respeito aos direitos culturais, econômicos e sociais. Para o questionamento feito em relação ao vínculo com a comunidade foi revelado que a menor parte dos respondentes diz que não mantém mais vínculo, enquanto 46%, ou seja, o maior percentual declara que mantém sim o vínculo mas, somente as vezes:

Figura 24 - Possui vínculo com a comunidade de origem ?

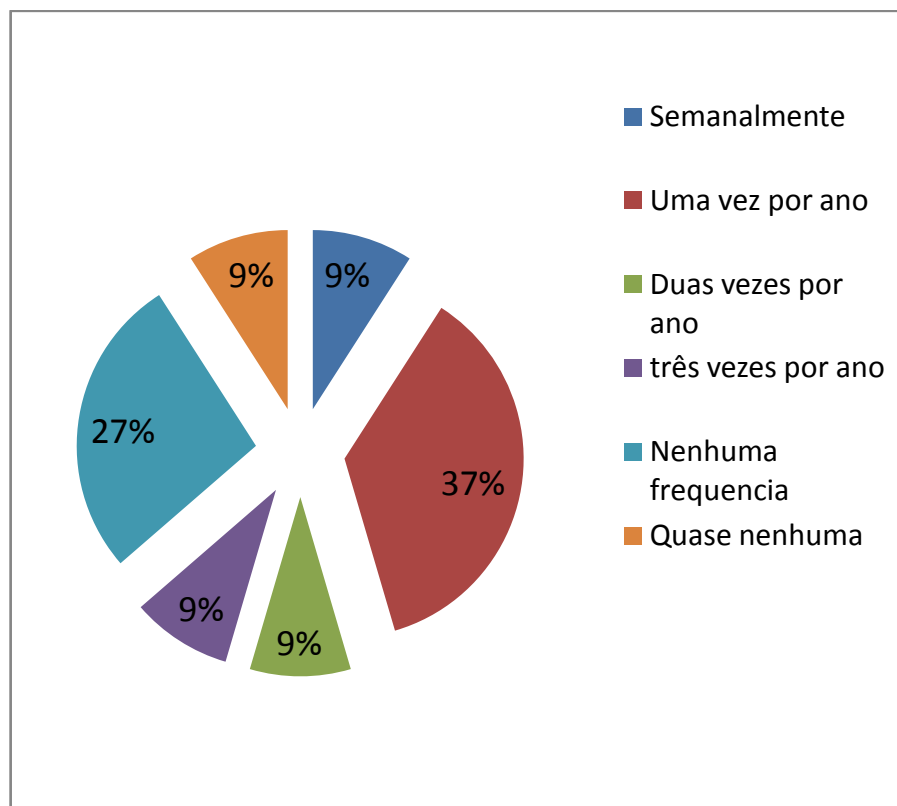


Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

As formas de manutenção do vínculo, relatadas, foram variadas e demonstram que alguns ficam um bom tempo sem retornar ao local de origem devido a motivos diversos, tais

como revelam as seguintes respostas: 1) "Passei oito anos sem ir lá. Fui no ano passado. Fui rever o meu pai pois ele alegou que eu era a única filha que não conhecia onde ele morava" ; 2) Meus tios e tias já faleceram e as primas moram na cidade; Visito sempre. Me comunico com eles. Mas, é difícil ir lá por causa das leis". Sobre a frequência com que voltam a comunidade as respostas foram equivalentes em relação às opções: semanalmente, duas vezes por ano, três vezes por ano, quase nenhuma, enquanto a opção uma vez por ano atingiu o maior percentual conforme gráfico abaixo:

Figura 25 -Com qual frequência volta a comunidade de origem?



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante

Constata-se a partir das respostas que, pelo menos uma vez por ano os indígenas entrevistados retornam às suas comunidades de origem para rever os parentes que lá ficaram e mantendo vínculo com os hábitos culturais que tinham antes de saírem de lá. Sobre essas práticas mencionadas por eles, abarcam a culinária, ações para a sobrevivência, festas e danças. No quadro abaixo procura-se exemplificar os elementos que aparecem na maioria das respostas:

Figura 26 - Hábitos culturais praticados na comunidade de origem:

Alimentação	Práticas festivas	Sobrevivência	Aspectos explicitados em quase todas as respostas
Damorida			
Farinha	Parixara	Caça	Caça, pesca, roça, parixara, farinha, caxiri, bejú e damorida.
Caxiri	Danças indígenas	Pesca	
Bejú	Músicas indígenas	Roça	
Mandioca		Criação de galinhas	
Tapioca			
Peixe			
Pajuarú			

Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Uma das entrevistadas destacou elementos importantes em sua resposta se referindo a volta de alguns hábitos culturais após a demarcação da terra indígena na qual está situada a comunidade para qual migrou (Água Fria) após sair da sua comunidade de origem que era a Pedra Preta. Na resposta fica evidente que os costumes praticados estavam "misturados" aos de outras pessoas não índias que viviam lá: *"Quando vim da Pedra Preta fomos primeiro para Água Fria mas lá a maioria do pessoal era misturado, muita influencia dos garimpeiros, então os costumes eram muito misturados. Os próprios professores diziam que éramos "cabocos", mas, eu sempre questioneei. Sempre disse que somos índios. Depois da demarcação voltaram a ter alguns hábitos: músicas indígenas, damorida. Tudo através de uma associação que meu pai participava a ACAF - Associação da Água Fria"*.

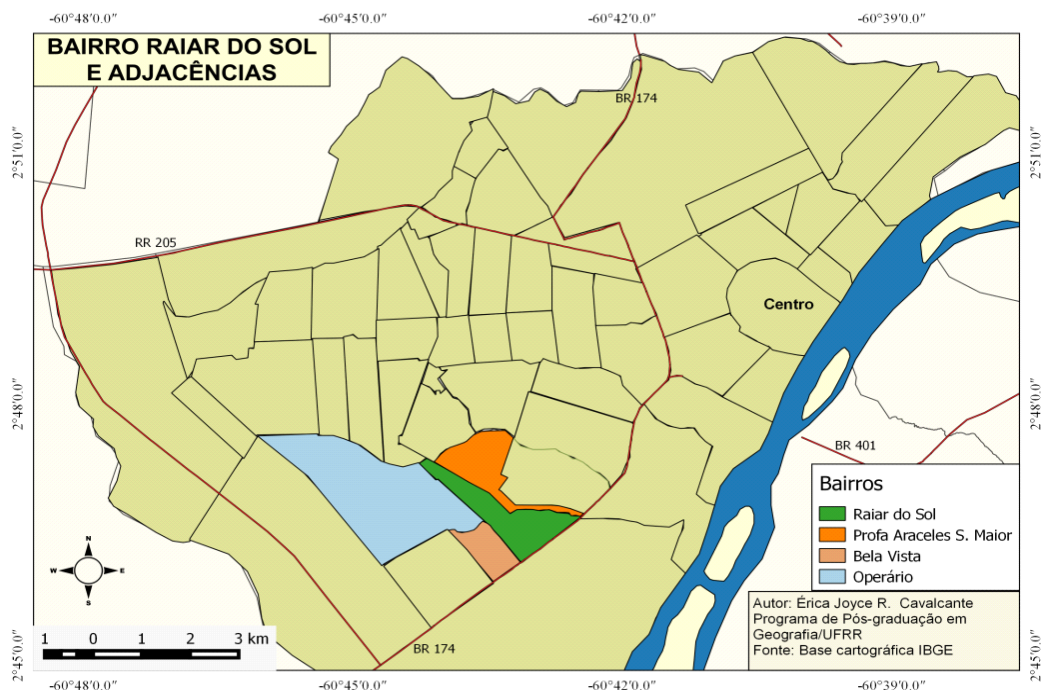
A resposta demonstra dois aspectos importantes, o primeiro refere-se a tentativa de negação da identidade indígena por parte dos professores, da entrevistada, que incentivavam os indígenas a se considerarem como "cabocos" e não como índios, e o segundo é que evidencia que a demarcação possibilitou o retorno de práticas culturais antes não mais praticadas. Além disso foi mencionado ainda que, os hábitos voltaram a partir da participação numa associação indígena existente no próprio local.

Percebe-se a partir dessa fala o reconhecimento da importância das organizações indígenas como elo de ligação para a manutenção e resgate de práticas culturais, seja no contexto urbano ou não.

4.2 FORMAS DE RESISTÊNCIA: POSSÍVEIS VÍNCULOS COM ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

No bairro investigado e nas suas adjacências foram constatadas duas organizações indígenas em pleno funcionamento: a Kuakrí e a Kapoi, embora parte dos entrevistados desconheçam suas existências. Para efeito deste estudo, consideraram-se adjacências os bairros que fazem limites com o Raiar do Sol e que foram citados pelos entrevistados. Além disso, percebeu-se também que o mesmo bairro já sediou outra organização indígena chamada ODIC. As três organizações atuam em relação aos indígenas da cidade e as atividades que os envolvem no contexto urbano sejam, ações culturais ou sociais. A Kapoi está mais voltada a ações de cunho cultural, como produção de artesanato a partir de oficinas oferecidas na própria sede ou ensaio de danças típicas para apresentação em eventos específicos que ocorrem na cidade e que demandam a divulgação e valorização da cultura indígena.

Figura27 –Bairro Raiar do Sol e adjacências.



Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Ao serem questionados sobre conhecer ou não alguma organização indígena, menos da metade, 37% dos entrevistados citou a Kuakri, 27% citaram a ODIC e 27% disse não conhecer. Nas mesmas respostas surgiram outros nomes tais como: Casa do Índio, SESAI, OPIR, SODIUR e Secretaria do Índio. Algumas pessoas citaram na mesma resposta duas ou mais opções, como nos exemplifica as seguintes respostas:

- a) *ODIC e Kuakri. Acho muito importante o que eles fazem;*
- b) *Casa do Índio;*
- c) *Kuakri, Sodiur e ODIC;*
- d) *SESAI, OPIR e Secretaria do Índio.*

As respostas evidenciam que não existe uma definição clara sobre o que seria ou não uma organização indígena e seu papel para os índios da cidade, o que nos remete ao nível de alcance das referidas organizações em relação aos indígenas do próprio bairro no qual encontram-se localizadas. Baseando-se em Touraine (1990), Repetto (2008) define o movimento social que sustenta as políticas indígenas a partir das condutas coletivas de historicidade sobre diferentes níveis dos sistemas institucional, organizacional e o sistema de ação histórica e ainda afirma que as organizações indígenas fazem parte de um contexto maior de mobilização com forte caráter cultural.

Das três organizações indígenas que atuam no contexto urbano, investigadas de forma preliminar, aspectos como: o resgate e preservação cultural, o apoio social e a auto-afirmação estão presentes nas respostas em relação ao questionamento:

** Qual a função da entidade/organização? Quais os principais objetivos?*

Os três representantes responderam o seguinte:

- 1) Representante da ODIC: *O principal objetivo é levar para a sociedade indígena da cidade que o índio não deixa de ser índio quando vem para a cidade;*
 - 2) Representante da Kuikri: *Ajudar os indígenas a retirar documentos, ir a posto médico, estudar...pretende ser uma capa de apoio para atender os índios na cidade, pois, não somos escravos e cada vez mais os brancos estão botando a gente para ser escravo;*
 - 3) Representante da Kapoi: *Foi criada para não esquecermos a nossa cultura aqui na cidade.*
- Conforme as respostas percebe-se que há um reconhecimento sobre as demandas existentes em relação a presença dos indígenas na cidade e a necessidade de se organizar coletivamente para dar conta da realidade urbana.

Figura 28 –Sede da organização indígena Kapóí.



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Figura 29 –Sede da organização indígena Kuikri



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

A resposta da representante da ODIC dizendo que é fundamental mostrar para o índio que ele não deixa de ser índio por passar a viver na cidade relaciona-se com uma visão geral que ainda habita o imaginário popular sobre quem de fato é o indígena, mas, que vem se modificando processualmente. Essa visão calcada no senso comum, devido a todas as ideias construídas a partir do processo histórico de uma colonização de exploração, começou a se modificar, em parte, somente a partir da década de 70 quando as reivindicações pelos direitos e justiça, começaram a ficar mais evidentes, especialmente a partir da imagem do indígena Juruna, da etnia, Xavante que questionava os políticos e indigenistas impulsionando o movimento pela cidadania indígena (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Torna-se relevante destacar também que as demandas, sobre os territórios indígenas, se intensificaram nas décadas finais do século XX incentivando novas estratégias e formas de ação voltadas para a cidadania indígena, ainda que envoltas no regime tutelar, nas quais os indígenas passam a perceber-se como atores articulando novos modelos organizativos (OLIVEIRA, 2006). A partir de um sistema próprio de organização e reivindicação é que os indígenas passaram a pressionar o Estado para reconhecer e garantir os seus direitos:

Somente a partir da constituição de um sistema de reivindicações e de pressões é que o Estado viria a agir, procedendo então à identificação e à demarcação das terras indígenas, melhorando os serviços de assistência (de saúde e educação) ou resolvendo problemas administrativos diversos deixados no limbo por muitos anos. As décadas de 70 e 80 foram os momentos de maior visibilidade dessa modalidade de ação política, que se constituía à margem da política indigenista oficial, opondo Estado e sociedade civil, delineando progressivamente novas modalidades de cidadania indígena (OLIVEIRA ; FREIRE, 2006,p.187).

As mudanças em relação ao novo modelo organizativo nas lutas e na atuação do indígenas brasileiros tiveram apoio de algumas organizações e entidades, dentre as quais se destaca o CIMI, que chegou a apoiar inúmeras assembleias indígenas no Brasil em meio ao regime militar. Se nos anos 70 e 80 houve grande preocupação com o retorno da democracia no país, por parte da população como um todo e em relação aos indígenas especificamente, nos anos 90 a situação situa-se mais no campo de reivindicações para as questões ambientais de preservação e conservação da natureza havendo parcerias entre ONG'S, agências internacionais e governo brasileiro através do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, sendo o ano de 1992 um marco com a realização da ECO/92:

As organizações passaram a apresentar-se como os mais adequados postulantes de projetos de desenvolvimentos e proteção ambiental. Por sua vez, as ONG's, continuaram a atuar na condição de parceiros, fornecendo uma assessoria de natureza mais técnica. As regras e as diretrizes desse novo contexto político logo

conduziram a um acentuado crescimento das organizações indígenas (OLIVEIRA ;FREIRE, 2006,p.196).

No Brasil todo, em meio a esse contexto, surgem mais de 100 organizações indígenas e em Roraima surge o Conselho Indígena de Roraima - CIR. Referindo-se ao tema, Repetto (2008) afirma que as organizações indígenas são articulações particulares em concordância com o sistema jurídico dominante mas, que procuram uma redefinição de projetos históricos e culturais particulares e que o processo de surgimento das mesmas em Roraima está fortemente relacionado aos conflitos territoriais interligando-se ao campo político.

Ainda sobre os principais objetivos das organizações e descritos por seus representantes, constata-se que a ODIC e a KAPOI expressam, através de suas respostas a necessidade de reafirmar a identidade, quando dizem que se preocupam com uma visão de que o índio perde suas características étnicas quando estão na cidade. As referidas organizações percebem-se como um elo de ligação entre essas pessoas e suas origens.

Fato significativo é que ao questionar os representantes da ODIC, da Kuikrĩ e da Kapoi sobre conhecer ou não outras organizações que atuam na cidade, as respostas foram que sim e os nomes citados foram respectivamente:

- 1) kuaikrĩ, Kapoi e MGB que virou Kuaikrĩ;
- 2) Sodiur, Capoi e ODIC;
- 3) Kuaikrĩ, ODIC e CIR.

Dois dos entrevistados ao se referirem aos principais objetivos das organizações, revelam que a ODIC e a KAPOI, através de suas respostas, reconhecem a necessidade de reafirmar a identidade, quando dizem que se preocupam com uma visão de que o índio perde suas características étnicas quando estão na cidade. As referidas organizações percebem-se como um elo de ligação entre essas pessoas e suas origens. Devido a algumas limitações de acesso, foi possível obter somente o estatuto de uma das organizações, a Kuaikrĩ. No entanto a partir das entrevistas fica claro que há diferenças em relação aos objetivos mais específicos e as atividades desenvolvidas. Tal situação nos revela, conforme defende Repetto (2008), que há uma pluralidade de dinâmicas e articulações entre os indígenas:

[...] as organizações indígenas, as lideranças e as comunidades são atores do campo de ação histórica dos movimentos indígenas, que manifesta interações entre atores coletivos que se opõem por meio de expressões autônomas em relação ao sistema da ação histórica predominante (REPETTO, 2008, p. 108).

O mesmo autor defende a existência de diversas dinâmicas e articulações entre os indígenas visando buscar alternativas frente a um contraditório sistema nacional, permitindo

se falar em movimentos no plural para não se falsear a real situação dos interlocutores indígenas (REPETTO, 2008).

Os três representantes das diferentes organizações são das etnias Macuxi e Wapichana e provenientes das comunidades: Alto arraia-manoá (fazenda lago grande); Acwish - próximo do Jacamim, Serra da Lua e Morirú-Serra da Lua (Bonfim) e, apesar de terem revelado que não se reúnem para tirar ações conjuntas em prol de política indígenas, foram unânimes ao dizer que é difícil morar na cidade. O quadro (fig. 30) permite uma melhor compreensão das respostas:

Figura 30 - Dificuldades encontradas ao morar na cidade.

Perguntas	ODIC	KUAIKRĪ	KAPOI
<ul style="list-style-type: none"> Quais as principais dificuldades apontadas pelos indígenas que vem morar na cidade ? 	<ul style="list-style-type: none"> O principal é o preconceito, odeiam ser chamados de "cabôcos"; A dificuldade para se autoafirmar 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de emprego, trabalho e acabam indo para o lixão; Falta de uma escola só para indígena na cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> O mais difícil é tirar o CNPJ
<ul style="list-style-type: none"> É difícil morar na cidade na sua opinião ? 	<ul style="list-style-type: none"> Sim. Se você não tiver um alicerce embaixo dos seus pés. O alicerce é o sustento. O mais difícil é a qualificação profissional. A mulher vai ser babá e o homem limpador de quintal 	<ul style="list-style-type: none"> Sim. Por falta de emprego. Falta transporte e somos mal atendidos no hospital por que o índio só chega calado e não diz o que quer ai o branco se aproveita dele, já o branco chega reclamando. 	<ul style="list-style-type: none"> Não. E o que tem de melhor é desenvolver nossas atividades aqui.

Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

As respostas dadas pelos representantes das organizações indígenas, coincidem com as respostas dadas pelos entrevistados no bairro e revelam que os problemas são comuns a todos os moradores, sendo indígenas ou não, no entanto, são agravados pela existência do preconceito e discriminação com a questão étnica, ou seja, se qualquer morador já sofre com esses problemas, o indígena sofrerá mais ainda por ser indígena. Sobre esse aspecto Repetto e Souza (2007) fizeram um levantamento que revela que os próprios índios que vivem na

cidade reconhecem sim a existência do preconceito e discriminação inclusive quando procuram trabalho, seja no setor público ou privado, sendo tratados com desprezo e explicitam o depoimento de vários indígenas tais como o de uma moradora do Bairro Raiar do Sol, a Marizane de Souza Pinto da etnia Macuxi que disse: " *O preconceito é a pessoa que não quer aceitar a gente ser índio, nos ignora. Eu já senti , no colégio não, mas, no trabalho já. É porque me tiraram do meu trabalho e botaram outra. Eu era muito mais capacitada do que ela* (REPETTO e SOUZA, 2007, p.31).

Luciano (2006) revela que existem momentos históricos diferentes em relação a autoafirmação dos indígenas e que a partir da década de 1988 com os direitos garantidos na Constituição Federal, muitas políticas públicas foram instituídas, o que influencia na valorização dessas populações e conseqüentemente na necessidade de um maior reconhecimento identitário:

Passado um longo período institucionalizado de repressão (pois ainda é forte no Brasil a repressão cultural não-institucionalizada, não oficial, percebida, por exemplo, na implementação das políticas públicas e no reconhecimento pleno dos direitos garantidos, como o direito à terra, à educação e à saúde adequada), as novas gerações de jovens indígenas parecem carentes de uma identidade que os identifique e lhes garanta um espaço social e identitário em um mundo cada vez mais global e, ao mesmo tempo, profundamente segmentário no que diz respeito à cultura, à ancestralidade, à origem étnica, a partir das quais os direitos econômicos, sociais, culturais contemporâneos se articulam e se fundamentam (LUCIANO, 2006, p. 39).

A necessidade de resistência, para manter a identidade indígena e os hábitos culturais, se dá tanto no contexto urbano, quanto no contexto de origem dos indígenas que vem para a cidade. No caso dos entrevistados, quando foram indagados sobre a participação em alguma organização indígena a maioria disse que participa, revelando alguns motivos que contribuem para isso, conforme retrata o quadro seguinte:

Figura 31 - Participa de alguma organização indígena? Por qual motivo ?

<ul style="list-style-type: none"> • Participa de alguma organização indígena? Por qual motivo ? 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Por causa da minha mãe que é do CIR; • Não. Meus irmão quiseram negar as origens deles; • Sim. Kuaikri. Por que vem em benefício do povo indígena na cidade, especialmente pela questão do minério por isso no estatuto consta isso; • Sim, pois minha mãe participa da reunião dos tuxauas; • Sim, funai pois meu irmão já participava. • Sim, pois queremos que a associação resolva o problemas de aposentadoria, RANI e crédito em banco; • Sim. Meu avô na comunidade é tuxaua por isso participa. • Sim, esposa e filha. Minha filha acompanha a mãe; • Sim. Meu pai foi vice presidente da SODIUR;
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Sim de vez em quando. Os pais levam pois as vezes eles oferecem cursos; • Não.
--	---

Elaboração: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

A maioria revelou participar, no entanto, numa questão anterior ao serem questionados se conheciam ou não uma organização indígena, alguns citaram a Casa do índio e Secretaria de Saúde como organizações, o que demonstra que as respostas acima podem ou não se referirem a uma representação de organização indígena já mencionada anteriormente. Os motivos pelos quais levaram a participação, em grande maioria, estão relacionados a influencia da família através de uma parente que já participava ou incentivou a participar. Outros motivos se referem a necessidade de obter assistência a serviços na cidade ou até mesmo a presença do tema mineração em terra indígena. Nesse último caso, o respondente se referiu com clareza sobre essa questão afirmando que ainda que muitos não apóiem essa ideia de mineração em terras indígenas, ele acreditava que era de fundamental importância pois considera que a maioria dos indígenas são pobres nas comunidades de origem e continuam pobres quando vem para a cidade e que a mineração possibilitaria um melhor sustento para todos. Em relação a esse tema foi constatado no estatuto da organização citada, a Kuaikri no capítulo II - dos associados, seus direitos e deveres o seguinte:

Art. 8º. É reconhecido aos índios conforme Art. 231 da Constituição Brasileira inciso 2º, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes; Art. 9º Que seja garantido a lei 6.0001/73, aos sócios da Associação Estadual indígena Kuaikri de Roraima - AEIKR, as explorações minerais de todos os tipos de minérios nela existentes como também diversos tipos de garimpagem; Art. 10º- Que a associação faça acordos e contratos com mineradoras nacionais e internacionais, para extração e compras, de qualquer tipo de minério existente nas áreas indígenas, requerida pela associação (ESTATUTO DA AEKIRR, 2013, p. 4 e 5).

A resposta do entrevistado pauta-se em alguns dos objetivos da associação Kuaikri, conforme os artigos supracitados, considerando que a mineração em terras indígenas poderá suprir as necessidades materiais e de sobrevivência dos indígenas. Tema este que necessitaria ser mais amplamente debatido para uma melhor compreensão e sobretudo para conhecer o posicionamento das demais organizações acerca da temática.

Em todas as respostas apenas três organizações foram citadas, a Kuaikri, o CIR e a SODIUR, sendo que apenas uma atua com alguns objetivos mais específicos para os índios da

cidade, além de possuir objetivos gerais para todos os indígenas urbanos ou não. As respostas citadas diferem-se das que foram dadas, para a mesma pergunta, pelos representantes das organizações investigadas. Os que estão a frente das organizações tem conhecimento sobre outra organização que não seja somente a sua, no entanto os residentes do bairro demonstraram pouco conhecimento sobre a existência das mesmas. Outro fato que merece destaque é que dos três representantes de organizações para indígenas da cidade, dois revelaram que as entidades não dialogam entre si o que nos leva a crer que também não possuem políticas e ações conjuntas ainda que os objetivos se assemelhem conforme as respostas:

- 1) *" nunca reunimos para se ajudar, eu queria que fosse tudo unido para ir para frente.";*
- 2) *É tudo separado, eles não gostam de juntar."*

Fica evidente que ainda não há uma articulação intencional entre as referidas organizações tanto no campo de elaboração das políticas voltadas para as demandas dos indígenas que vem para a cidade e nem tampouco em relação as ações que já realizam no contexto urbano. Essa situação necessitaria, logicamente, de um tempo maior de investigação para poder levantar outros elementos que podem está interligados ao fato.

O vínculo, dos entrevistados, com as organizações que atendem o indígena na cidade e que estão ou estiveram situadas no bairro e suas adjacências, ainda é pequeno não se constituindo como elemento central de construção de ações intencionais para o reconhecimento e o acesso a cidadania. O número de associados em cada uma delas de acordo com as repostas dos representantes representa um universo que necessita ser ampliado. A kuaikrĩ possui o maior contingente de filiados: *"São 457 de vários bairros, 176 homens e o resto é mulher, eles vem de vez em quando para pagar a mensalidade e pedir o registro, mas, depois somem"*. Ao mesmo tempo em que deu essa informação disse também que realizam reuniões para organizar ações culturais e ensaios de danças para se apresentarem em eventos que ocorrem na cidade como, por exemplo, o arraial do parque Anauá. Já o representante da Kapoi respondeu que: *"São 80 índios. As vezes reunimos ou melhor, todo mês. Discutimos sobre os problemas da associação"* Também deixou claro que sempre realizam oficinas de artesanato e que os trabalhos são expostos e vendidos em outros locais. A representante da ODIC informou: *"Quando realizamos atividade sempre vão 40, 30, 20 e as vezes até 10, mas, quando vamos falar de benefícios, as reuniões são mais cheias"*.

Ao serem questionados se sabiam quantas famílias e moradores indígenas viviam no bairro Raiar do Sol, todos responderam que não, sendo que a representante da ODIC informou: *"Não temos como ter o controle pois, muitos indígenas não se autodeclaram como*

indígenas e só podemos dizer que são índios aqueles que vêm as reuniões." Nesse sentido, não foi possível comparar a quantidade de residentes indígenas no bairro investigado, em relação aos números que poderiam ser fornecidos pelas organizações.

4.3 TERRITORIOS E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS : UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO.

Os indígenas residentes, entrevistados, no bairro Raiar do Sol vivenciam práticas cotidianas que abarcam a luta pela sobrevivência no contexto urbano e revelam os reais motivos que os levaram a viver na cidade, dentre os quais se destacam a busca por emprego e educação.

Apesar das adversidades apontadas por eles, ou seja, os problemas enfrentados continuam na cidade sem perder o vínculo com a comunidade de origem, demonstrando que participam de organizações indígenas, no entanto, as respostas revelam que, em alguns casos, são organizações vinculadas ao laço já existente com algum membro da família estando ou não morando na mesma casa, podendo ser familiares que continuam nas comunidades e participam de diferentes organizações.

As organizações da cidade, no caso das investigadas, surgem para suprir uma demanda em função de não existirem políticas públicas específicas para indígena no contexto urbano. Nesse sentido, acabam constituindo-se inicialmente como um elemento que poderá contribuir com a construção de um novo espaço social ou seja, um novo território. O que se percebe, de forma não conclusiva, carecendo de mais aprofundamento sobre a questão, é que no âmbito cultural ocorrem oficinas e encontros para resgatar tipos diferentes de artesanato e danças típicas, como nos revela a Kapoi e a Kuaikri. No entanto, em termos de organização de ações voltadas para uma intervenção mais ampla no âmbito social, ainda existem limitações.

Muito já foi alcançado com o trabalho da ODIC, que inclusive passa a dar maior visibilidade ao índio da cidade, a quem ele é e os desafios que enfrenta sendo cidadão e cidadão índio. Um território indígena urbanizado encontra-se em pleno processo de construção, permeado por limites, desafios, mas, também por possibilidades. Nesse sentido, Haesbaert e Limonad (2007), afirmam que o território é uma construção histórica e, portanto, social a partir de relações de poder (concreto e simbólico), envolvendo ao mesmo tempo a sociedade e o espaço geográfico. Os mesmos autores nos chamam a atenção sobre o território enquanto dominação social.

É no território, campo de todas as ações, reações, construções e desconstruções, é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (HAESBAERT; LIMONAD, 2007), que as territorialidades vão sendo construídas e mediatizadas, nesse caso, de um estado burocratizado e excludente.

Figura 32 –Artesanato produzido na associação Kapóí.



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

Figura 33 –Sede da Kapóí, venda de farinha e Beijú.



Fotografia: Érica Joyce R. Cavalcante (2015)

A presença dos indígenas na cidade de Boa Vista, no bairro Raiar do Sol insere-se num processo mais amplo que faz parte de uma sociedade nacional e mundial globalizada, no entanto, a concepção de território se modifica em relação as sociedades tradicionais nas quais a apropriação do território era simbólica (HAESBAERT ; LIMONAD, 2007). Numa relação diferenciada com o espaço urbanizado as demandas são determinadas, em grande parte, pelos aspectos econômicos e políticos influenciando as formas de viver e sobreviver. A busca pela afirmação da identidade, seja ela original ou assumida, em face da nova realidade encontrada, impulsiona um movimento permanente de construção, desconstrução, ação e reação no qual o território em suas diferentes dimensões é a base para tal.

O dia a dia dos indígenas no bairro Raiar do Sol abarca todas as situações que envolvem os demais moradores não indígenas. No entanto, as dificuldades encontradas para o acesso a cidadania, segundo relatos informais deles próprios, estão inevitavelmente relacionadas a todo um processo histórico que redimensiona a situação. Além de terem que lutar pela sobrevivência como qualquer outro morador, no que tange a emprego, estudo, saúde, transporte, moradia, segurança, acesso aos bens de consumo e serviços em geral, ainda tem que lutar para serem respeitados ao assumir a sua etnicidade, e ter em reconhecidas suas especificidades culturais ainda que incorporem os aspectos culturais da cidade, ou seja, a vivência de uma realidade plural.

Sobre os processos de exclusão social, muitos indígenas ao chegarem à cidade para viver, conforme algumas respostas dos entrevistados do bairro Raiar do Sol, ao terem suas demandas negadas acabam se reconhecendo como indígenas para poder ter os direitos garantidos. Evidencia-se um processo dialético, no qual, a princípio ocorre a negação da própria identidade e posteriormente o retorno ao seu reconhecimento para poder acessar de alguma forma a cidadania.

Numa das falas da representante da ODIC fica claro que muitas vezes ao convidarem os indígenas para as reuniões: *"eles não queriam reunir muito, vinham atrás do RANI e auxílio maternidade, mas, para isso tinham que está cadastrado no censo"*. Tal fato revela que ao saberem da existência das referidas organizações, os motivos iniciais que os levam a procurá-las é a necessidade de assistência e acesso aos serviços que a cidade oferece.

As territorialidades indígenas no bairro Raiar do Sol e na cidade de Boa Vista, encontram-se num processo de construção e reconstrução permanentes e ainda não são mediadas por uma articulação concreta e intencional entre as organizações indígenas específicas para esse fim. O território é uma construção que existe a partir de

intencionalidades das ações humanas, principalmente no tocante a afirmação individual e de grupos na sociedade urbana.

Embora, já exista, todo um avanço em relação ao do espaço da cidade como território político e social é importante que as ações partam de um projeto intencional com propostas conjuntas entre as referidas organizações em prol da garantia dos direitos dos indígenas urbanos, o que parece ser comum as três organizações investigadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes concepções de território fizeram-se presentes no processo de colonização do Brasil, a partir da apropriação do espaço, seguindo um modelo de exploração intencional que visava especificamente o controle territorial para garantir o enriquecimento da MetrÓpole. Para os indÍgenas, que aqui viviam, o território era delineado a partir do acesso sem limites a Terra conferindo-lhe um caráter de sobrevivência física e espiritual.

Nos diferentes períodos históricos as práticas adotadas tais como os aldeamentos, em dado momento, e depois a introdução da pecuária contribuíram com processos de desterritorialização e conseqüentemente de reterritorialização das populações indÍgenas. O processo político, econômico e social que se delineou ao longo dos séculos influenciaram, em grande parte, os deslocamentos e permanência dos indÍgenas em diferentes partes do território "nacional". No contexto local não foi diferente. Vieira (2014) nos chama atenção sobre estes aspectos quando analisa que os projetos econômicos pautaram a localização geográfica dos indÍgenas em Roraima.

Apesar de grandes avanços relacionados a legislação que orienta os direitos coletivos originários dos indÍgenas, especialmente a partir dos anos 80 com a constituição federal, muitos são os aspectos que determinam as migrações dos indÍgenas, de suas comunidades de origem para as cidades, dentre eles a necessidade de mais projetos de auto sustentabilidade. No entanto, os motivos que contribuem para que os indÍgenas continuem se deslocando para o contexto urbano são diversos e relacionam-se, com a busca por educação, atendimento de saúde e em vários casos pela própria atração que a cidade ocasiona, por ser um espaço que oferece múltiplos serviços e atividades que se diferenciam em relação as existentes nas comunidades.

Os deslocamentos constantes para Boa Vista, mais especificamente no que diz respeito aos moradores indÍgenas do bairro Raiar do Sol e adjacências, possuem inúmeros elementos motivadores perpassando pela questão econômica, no que se refere a busca por emprego e renda para a sobrevivência, e a busca pela garantia da cidadania a partir do acesso a educação aos bens e serviços produzidos e ofertados na cidade. A busca pela a "melhoria de vida" fica evidente na fala dos indÍgenas entrevistados, o que necessita de um maior aprofundamento na investigação para desvelar, de forma mais ampla, o significado dessa afirmação. Conforme análise de Nunes (2010), os indÍgenas estão cada vez interligados aos processos comuns ao mundo monetarizado, no qual existe a dependência de mercadorias industrializadas. No

entanto a pesquisa revela que grande preocupação dos indígenas que vivem no bairro Raiar do Sol, cidade de Boa Vista, é simplesmente estudar e ter acesso a saúde, para poder ajudar a comunidade de onde vieram.

Situações contraditórias que são compreendidas por todo um processo histórico, fazem-se presentes no dia a dia dos indígenas que vem para a cidade. Conforme depoimento de representantes das organizações que atendem os índios na cidade, alguns indígenas ao virem para a cidade tentam negar a própria identidade por receio de serem discriminados e excluídos, no entanto a exclusão no contexto urbano é muito grande para todos e sobretudo para eles que a partir do senso comum são sempre associados a floresta e como se não pudessem ser índios na cidade. Nesse sentido alguns procuram resgatar a identidade indígena tentando retirar o RANI para poder acessar alguns direitos. Outro ponto importante que a pesquisa revela é que quase não existem políticas específicas para os índios da cidade, o que contribui com o surgimento de algumas organizações para orientá-los e auxiliá-los a buscarem seus direitos, mas, que ainda não atuam de forma articulada com outras organizações que possuem os mesmos objetivos.

Os indígenas entrevistados no bairro Raiar do Sol demonstram que não perderam o vínculo com suas comunidades de origem tanto em relação a algumas práticas culturais que mantém, quanto em relação ao retorno para as suas comunidades, ainda que isso ocorra com frequência de uma vez ao ano em períodos de férias. A apropriação do espaço da cidade constitui-se num enorme desafio, pois implica a necessidade de se lutar para ser cidadão e índio cidadão. O território no contexto urbano, então, vai sendo construído, a partir da busca pela sobrevivência e vivência da cidadania que é negada, pela sociedade de classes na qual vivemos, a todos sendo índios ou não índios mas, que para os indígenas essa negação vem acompanhada por uma carga maior de preconceito e discriminação.

Apesar das situações presentes no cotidiano urbano, envolverem discriminação e imposição de rótulos, a partir de um viés comparativo unilateral, os indígenas elaboram suas formas de resistência numa sociedade complexa e excludente que se difere de suas comunidades de origem, nas quais ainda subsiste, de algum modo, o sentimento de identidade com a Terra como a base da sobrevivência.

Há um movimento permanente de construção das territorialidades indígenas, no bairro Raiar do Sol e em Boa Vista, mediadas pela realidade econômica, social e política. As vivências diárias e a sobrevivência a partir do emprego, do estudo, da moradia, da religião e das práticas culturais, além de todos os desafios enfrentados, vão delineando todo esse processo. Além disso, outras territorialidades certamente desenvolvem-se interligando ações

praticadas no próprio bairro e interligadas a outros bairros da cidade, o que demandaria maior aprofundamento para a pesquisa. As organizações indígenas podem ser o elo de uma construção específica de territórios e territorialidades indígenas na cidade com maiores possibilidades, no entanto é necessário uma articulação intencional entre as mesmas, a partir do reconhecimento dos objetivos comuns.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Org: LAGES, Vinicius e MORELLI, Gustavo. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro :RelumeDumará / Brasília, DF :SEBRAE, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de, LIMA, Carmem Lúcia (org). **Nova cartografia social da amazônia: indígenas da cidade de Boa Vista, Roraima: moradores da maloca grande**. Manaus: UEA edições, 2012.

ARAÚJO, Ana Valéria et alii. **Povos indígenas e a lei dos "brancos": o direito a diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. **Indígenas e a gestão territorial: Desafios para o ensino superior**. Artigo publicado em 2012.

CATAIA, Márcio. **Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. Conflitos, desafios e alternativas**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (99).<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-99.htm> [ISSN: 1138-9788].

CIRINO, Alberto Carlos, FRANK, Erwin H. **Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica**. In: BARBOSA, Reinaldo I (org). Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: femact/2010.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 2012

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3ª Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESTATUTO da Associação Estadual Indígena Kuaikrí de Roraima. **AEIKRR**. CNPJ nº 07.919.615/0001-65.

FARAGE, Nádía. **As Muralhas dos Sertões, os povos indígenas no rio branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?** Terras e unidades de conservação da natureza: 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Precarização, reclusão e exclusão territorial**. Goiânia:, Terra Livre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. ISSN: 1981-3732, 2007, nº2 (4), vol.1 .2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablau. Coleção geografia e adjacências, . 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. . Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2011.

JARDIM, Antônio de Ponte. In: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil: Investigação das migrações brasileiras internas a partir do censo demográfico de 2010**. ISBN 978-85-240-4191-4 © IBGE. 2011.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série antropológica, Brasília: UNB, 2002.

LUCIANO, Gersem Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/MUSEU NACIONAL, 2006.

MARÉS, Carlos. **As novas questões jurídicas nas relações dos Estados Nacionais com os índios**. In: Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III, orgs: LIMA, Antonio Carlos de Souza e HOFFMANN, Maria Barroso. Rio de Janeiro: contra capa livraria/LACED, 2002.

MONGIANO, Aldo. **Roraima entre profecia e martírio: testemunha de uma igreja entre índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano**. Tradução: Padre Bruno Schizzerotto, Boa Vista-RR: Diocese de Roraima, 2011.

NUNES, Eduardo Soares. **Aldeias urbanas ou cidades indígenas ? Reflexões sobre índios e cidades**. Espaço ameríndio, Porto Alegre: 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de, FREIRE, Carlos A. de Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/MUSEU NACIONAL, 2006.

OLIVEIRA e OLIVEIRA (Org). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. ISBN 978-85-240-4191-4 © IBGE. 2011.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. ERVATTI, Leila Regina, ONEILL, Maria Mônica V. C. In: Reflexões sobre os deslocamento populacionais no Brasil: **O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADS e Censos demográficos**. ISBN 978-85-240-4191-4 © IBGE. 2011.

REPETTO, Maxim. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima**. Boa Vista: Editora- UFRR, 2008.

SANTILLI, Paulo. **PemongonPatá: Território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Unesp, 2001.

SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista – RR 2010**. Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas: 1ª edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 68p. 2010.

SANTOS, Milton. **A Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Roseli Bernardo Silva. **Processos de identidade dos indígenas trabalhadores da construção civil na cidade de Boa Vista/RR**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2014.

SOUZA, Eliandro e REPETTO, Maxim (org). **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista**. Boa Vista: Gráfica Íoris, 2007.

SOUZA, Márcia Hitomi, ALENCAR, Eliete Messias, VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **Realidade sociespacial do "sub-centro" comercial do Bairro Raiar do Sol, Boa Vista-Roraima**. Acta geográfica, Boa Vista, V.5, nº9, p. 149-163, jan/jun de 2011.

STAVIE, Pedro Marcelo. **Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista**. Oculum Ensaio 13, Campinas: 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980**. 2ª edição, revista ampliada. Boa Vista: Editora UFRR, 2014.

APÊNDICE

ENTREVISTA 1 - MORADORES INDÍGENAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TEMA: "As territorialidades indígenas no bairro Raiar do Sol em Boa Vista-RR."
Objetivo: Analisar as novas territorialidades que vêm sendo construídas pelos indígenas no bairro Raiar do Sol, na cidade de Boa Vista/RR.

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DE PERFIL			
P	Perguntas	Opções de Respostas	R
1	FAIXA ETÁRIA - IBGE (PEA - População Economicamente Ativa)	1) 15 a 19 4) 30 a 34 7) 45 a 49 10) 60 a 69 2) 20 a 24 5) 35 a 39 8) 50 a 54 11) acima de 70 3) 25 a 29 6) 40 a 44 9) 55 a 59	
2	SEXO	1 - Masc 2 - Fem 3 - TS F 4 - TS M	
3	ESTADO CIVIL	1) Solteiro 3) Separado 5) União Estável 2) Casado 4) Viúvo 6) NR	
4	ESCOLARIDADE	1 - s/ formação 8 - Especialização Incompleta 2 - Ens. Fundamental Incompleto 9 - Especialização Completa 3 - Ens. Fundamental Completo 10 - Mestrado Incompleto 4 - Ens. Médio Incompleto 11 - Mestrado Completo 5 - Ens. Médio Completo 12 - Doutorado Incompleto 6 - Graduação Incompleta 13 - Doutorado Completo 7 - Graduação Completo 14 - Pós-Doutorado	
5	RELIGIÃO	1) Católico 3) Muçumano 2) Protestante 4) Budista 5) Espírita 6) Não tem religião 7) Outra	
6	ETNIA	1 - Macuxí 4 - Wapixana 7 - Yekuana 2 - Ingarikó 5 - Patamona 8 - WaiWai 3 - Taurepang 6 - Yanomami 9 - Waimiri-atroari Outra. Qual:	
7	Comunidade de origem:		
8	Está trabalhando	1) Sim 2) Não 3) NR	
9	Profissão:		
10	Tempo que reside no bairro Raiar do Sol:	1) > seis meses 2) < seis meses 3) Um a três anos 4) Quatro a dez anos 5) Mais de dez anos.	
11	RENDA FAMILIAR (Quantidade de salários mínimo)	1) menos de 1 sm 4) 3 a 5 sm 5) acima de 8 sm 2) 1 a 3 sm 3) 5 a 8 sm	
12	QTD PESSOAS FAMÍLIA (p/ calcular renda per capita familiar)		
13	Tipo de moradia	1 - Alugada 2 - Casa própria 3 - Emprestada 4 - De favor	
15	Quantidade de famílias que moram na residência		
16	Quantidade de moradores indígenas em sua residência?		
17	Quantidade de moradores não indígenas em sua residência?		
2			
P	Perguntas	Opções de Respostas	R
18	Por qual motivo você(s) veio (vieram) morar em Boa Vista ?		
19	Por qual motivo você(s) veio (vieram) morar no Bairro Raiar do Sol ?		
20	Você mantém algum vínculo com a sua comunidade de origem?	1) Sim 2) Não 3) Às vezes 4) NR	
21	De que forma :		
22	Com qual frequência você vai a sua comunidade de origem ou na comunidade dos seus pais e/ou avós ?		
23	Quais os hábitos culturais que você(s) tinha(m) na comunidade de origem?		

24	Em relação aos hábitos culturais; Ainda praticam ?	1) Sim 2) Não 3) Às vezes 4) NR	
25	Em relação aos hábitos culturais; Aonde acontecem ?	1 - NR : ____	
26	Quando alguém tem algum problema, vocês se reúnem ?	1) Sim 2) Não 3) Às vezes 4) NR	
27	Existe alguma forma de organização para discutir e reivindicar sobre as questões indígenas	1) Sim 2) Não 3) Às vezes 4) NR	
28	Quais as políticas indígenas que você conhece ?	1) Não conheço 2) NR	
29	Você utiliza alguma delas ?	1) Sim 2) Não 3) NR	
30	Você possui alguma relação com a FUNAI ?	1) Sim 2) Não 3) Às vezes 4) NR	
31	Qual ?		
32	Você tem RANI ?	1) Sim 2) Não 3) NR	
33	Por qual motivo ?		
34	Você conhece alguma outra organização indígena que ajuda os indígenas na cidade ?	1) Sim 2) Não 3) NR	
35	Qual ?		
36	Você ou alguém da sua família participa de alguma organização indígena ?	1) Sim 2) Não 3) NR	
37	Por qual motivo ?		
38	É difícil morar na cidade ?	1) Sim 2) Não 3) Às vezes 4) NR	
39	Motivos (aspectos) positivos de morar na cidade?		
40	Motivos (aspectos) negativos de morar na cidade?		

ENTREVISTA 2 - ENTIDADES OU ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TEMA: "As territorialidades indígenas no bairro Raiar do Sol em Boa Vista-RR."

Objetivo: Analisar as novas territorialidades que vêm sendo construídas pelos indígenas no bairro Raiar do Sol, na cidade de Boa Vista/RR.

QUESTIONÁRIO

1. Identificação

1.1 Nome do respondente: _____

1.2 Entidade: _____

1.3 Função: _____

1.4 Nível de escolaridade

() Não esc. () Fund. inc. () Fund. Comp. () Médio inc. () Médio comp. () Superior inc. () Sup. comp.

1.5 Indígena ou descendente? () sim. Etnia? _____ () não

1.6 Comunidade de origem: _____

1.7 Profissão: _____

2. Qual é a função da Entidade? E quais os principais objetivos?

3. A Entidade possui um controle de registro de quantas famílias e habitantes indígenas vivem em Boa Vista? E em cada bairro?

() Não () Sim. De que forma? _____

4. Quantas famílias e habitantes indígenas vivem no bairro Raiar do Sol?

5. Quais ações são desenvolvidas com os indígenas que vem morar na cidade?

6. Quais as principais dificuldades apontadas pelos indígenas que vem morar na cidade?

7. Quantos indígenas participam da Entidade ? De que forma?

8. Os indígenas que vivem na cidade mantêm os hábitos culturais que possuíam na comunidade? De que forma ?

9. Você conhece alguma outra organização indígena que ajuda os indígenas na cidade ? () Não () Sim. Qual ?

10. É difícil morar na cidade ? () Não () Sim () As vezes. Por qual motivo?

OBSERVAÇÕES:



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS ESCRITOS E/OU EM ÁUDIO

Eu _____, CPF _____, RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento (escrito ou em áudio), especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Érica Joyce Rodrigues Cavalcante sob matrícula *nº 201313602* no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da UFRR e a Prof^ª. Dra. Maria Bárbara de Magalhães Bethônico sob matrícula SIAPE nº 1743302 Orientadora) do projeto de pesquisa intitulado “ **As territorialidades indígenas no bairro Raiar do Sol na cidade de Boa Vista-RR** ” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos **para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências)**, em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Boa Vista, ___ de 20 ___.

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa